



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, pelas 20h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (15')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o relatório trimestral de informação orçamental do 3º trimestre – 2018, da EPAVE E.M., nos termos do dever de informação previsto na Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Proposta da Câmara Municipal, em salvaguarda do previsto no n.º 2, do artigo 51.º da lei 73/2013, de 03 de setembro, discussão e autorização prévia da contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de investimentos nas Freguesias no valor de até 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros).

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para a 1ª alteração ao mapa de pessoal 2019.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para a constituição do júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Desporto e Equipamentos Desportivos.

Ponto Seis (15'):

Proposta da Câmara Municipal para a delegação de competências no âmbito da Autoridade de Transportes à Comunidade Intermunicipal do AVE (CIM do Ave).

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clarisse Cardoso de Matos; Graciano Filipe Direito Fernandes; Susana Patrícia Barbosa Morais; Manuel Joaquim Ferreira de Sousa.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Pedro Alexandre Dias Afonso; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; André Miguel Lopes Rodrigues e João Pedro Rodrigues Barroso; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; António Joaquim Barros da Silva e Manuel José Costa de Carvalho e Sousa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, saudou os membros presentes e iniciou os trabalhos. Colocou à votação do plenário a ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2018. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Colocou, também, à votação do plenário a ata da sessão extraordinária

realizada no dia 28 de janeiro de 2019. Informou que a mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção. E passou a palavra à secretária da Mesa, Maria Alice Sousa, para leitura da correspondência.

A Secretária Maria Alice Sousa procedeu à leitura da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, informou que a correspondência estava disponível para consulta. E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e referiu que a Secretária da Mesa tinha lido, na correspondência, que receberam do INE informação estatística referente ao concelho da Póvoa de Lanhoso, pelo que usou da palavra para solicitar que fizessem chegar aos deputados esses dados.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, informou que se consumou a adesão à ANAM, tal como tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal no mandato anterior e depois de esclarecidas todas as dúvidas jurídicas e financeiras. Informou, ainda, que iriam informar sobre todas as atividades dessa associação, logo que houvesse algo de relevante.

Comunicou que existe um seguro de acidentes pessoais que cobre os diversos órgãos do município, nomeadamente todos os deputados municipais, quando acontecer algum acidente no exercício das suas funções. E concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PSD, Luis Amaro da Costa, para fazer um voto de pesar.

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel José Torcato Soares Baptista:

Manuel José Torcato Soares Baptista nasceu em Guimarães no dia 18 de setembro de 1959 mas, desde muito novo, é na Póvoa de Lanhoso que faz o seu percurso de vida e a vida do Manuel José Baptista foi uma jornada surpreendente, recheada de aventuras, sucessos, alegrias e tristezas.

Reconhecido e valorizado unanimemente como uma boa pessoa, desde cedo evidenciou um grande coração.

Filho de uma família que se instala e cria profundas raízes no meio social e empresarial em Porto D'Ave, segue esse exemplo tornando-se um Povoense de alma e coração.

Sempre se afirmou um convicto e genuíno povoense.

Além da sua atividade empresarial, Manuel Baptista desde cedo participou ativamente no tecido associativo, destacando-se a sua passagem pelo Grupo Desportivo Porto D'Ave, do qual foi presidente, e pelo Núcleo da Cruz Vermelha da Póvoa de Lanhoso. Mais recentemente, foi eleito presidente do conselho fiscal da Associação Humanitária

dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, cargo que ocupou até ao seu falecimento.

Em termos políticos, após o 25 de abril de 1974, filiou-se como militante da JSD – Juventude Social Democrata concelhia, logo conquistando um lugar de destaque no distrito. Fez parte de um grupo de jovens povoenses que conquistaram o seu próprio lugar na política e que, nas últimas décadas, ascenderam aos cargos mais altos na vida política, associativa e social concelhia. O seu gosto pela participação cívica e militância ativa no Partido Social Democrata levou Manuel Baptista a aceitar integrar a lista de candidatos a vereadores proposta pelo então presidente da câmara Eng.º José Luís Portela, sendo eleito por sufrágio democrático.

No ano 2001 aceitou o desafio de se candidatar à presidência da maior freguesia do concelho, a freguesia da Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo), tendo vencido as eleições. Quatro anos depois, em 2005, assumiu a candidatura à Câmara Municipal pelo seu partido de sempre, o PSD, vencendo as eleições por maioria absoluta.

De origem humilde, mas de forte carisma, o seu percurso pessoal e político foi alimentado mais de coragem do que de medos e, enquanto Presidente da Câmara, nenhum obstáculo foi suficientemente grande, porque a sua vontade de vencer foi maior e não mediu esforços para atingir os objetivos. Comemorou vitórias e superou algumas complicações, mas com todos aprendeu a tornar-se uma pessoa mais esclarecida e necessariamente mais forte e confiante. Nem sempre mudou a direção do vento, mas teve a força e a coragem de ajustar as velas para chegar a bom porto e deixar a sua marca no leme.

Enquanto Presidente da Câmara, iniciou o processo de requalificação dos equipamentos escolares, ao mesmo tempo que avançava para a criação de um número significativo de respostas sociais de onde se destaca o apoio no pagamento das rendas de casa e o apoio à natalidade.

Sendo a proximidade e o trato simples as suas principais características, ganha a simpatia dos principais organismos da administração central do estado, bem como de membros de vários Governos, fazendo bons amigos entre os seus pares, independentemente das suas cores políticas, o que permitiu a concretização de um trabalho de maior visibilidade e consequência.

A regeneração urbana da Vila, os investimentos nas acessibilidades e centros cívicos das freguesias, o alargamento da rede de água e saneamento, os Centros Escolares, o Centro Interpretativo Maria da Fonte, o Pavilhão Gimnodesportivo de Monsul, a ampliação do Parque do Pontido, os relvados sintéticos, os apoios às associações desportivas e culturais, a sensibilidade para o património religioso... Enfim, são muitas as marcas da gestão de Manuel Baptista, à frente dos destinos da autarquia.

Mas a marca principal de Manuel Baptista foi sempre a generosidade com que tratava quem mais precisa. O seu enorme coração para com as famílias mais carenciadas

norteou a sua vida pessoal e pública, sendo decisivo na definição das suas políticas municipais.

O livro da sua vida escreveu-se com mil histórias quase todas protagonizadas nesta terra, com estas gentes, onde cada freguesia, cada lugar, cada família, cada pessoa, ficou marcada pela sua maneira de ser, de conversar, de reagir, de se dar!

É este legado, que mereceu o respeito de todos os quadrantes políticos e da sociedade civil, que hoje queremos, com este voto de pesar, destacar.

Manuel Baptista partiu, mas deixa este concelho mais rico, motivo de orgulho para todos e de modo especial para a sua família.

E é por tudo o que atrás se disse e pelo muito que ficou por dizer que se propõe que a Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso, em reunião ordinária de 22 de Fevereiro de 2019, delibere:

1. Aprovar o presente **“Voto de Pesar”** pelo falecimento do senhor Manuel José Torcato Soares Baptista, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste **“Voto de Pesar”**.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, colocou à consideração do plenário, a aprovação do voto de pesar feito pela bancada parlamentar do PSD e subscrita por todas as bancadas parlamentares. Informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e fizeram um minuto de silêncio. E voltou a conceder a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PSD, Luis Amaro da Costa, para apresentação de uma proposta de recomendação.

Interveio o deputado do PSD, Luis Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Querida apresentar aqui, nesta Assembleia Municipal, uma proposta de recomendação. O grupo parlamentar do PSD, em sintonia com idênticas estruturas políticas e parlamentares de todos os concelhos atravessados pelo Rio Ave, vem apresentar a esta Assembleia, a exemplo do que fará na Câmara Municipal e nas Assembleias de Freguesias atravessadas pelo Rio Ave, do nosso concelho, uma proposta de recomendação ao Governo, no sentido de porem em execução o plano de despoluição e de revitalização da bacia hidrográfica do Rio Ave e que passo a ler.”

PLANO DE DESPOLUIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AVE

O rio Ave apresenta uma extensão de cerca de 90 km, desde a nascente, sita na Serra da Cabreira, em Vieira do Minho, até desaguar na foz, em Vila do Conde.

São sete os concelhos atravessados: Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

O rio Ave recebe águas de um conjunto de grandes rios ou ribeiros, desde o Cabreiro, Caniçado e Falperra, aos rios Vizela, Selho, Pele. Pelhe e Este, sendo os seus maiores

afluentes o rio Este e o rio Vizela. Ao longo das suas margens, é atravessado por centenas de pontes. Algumas delas são património de elevado valor arquitetónico.

Durante décadas as populações estiveram de costas voltadas para uma das suas maiores riquezas, a água, que conduziu o rio Ave a elevados níveis de poluição, ademais numa região com uma forte componente industrial e marcada pelo crescimento dos seus aglomerados urbanos.

Na verdade, durante décadas o rio foi utilizado como recurso para as fábricas têxteis na obtenção de energia e como local de descarga de resíduos excedentes da produção.

A imagem da região foi, inclusivamente, bastante afetada pois as notícias da poluição do rio Ave tiveram ecos nacionais e internacionais.

Quase 40 anos depois e mais de 500 milhões de euros de investimento, o processo de despoluição do rio Ave apresenta resultados visíveis e positivos que importa prosseguir.

Realce-se que o rio Ave não é apenas importante para a economia. É fundamental para a saúde, para o ambiente e, sobretudo, para a valorização do elemento água para as gerações atuais e vindouras.

Há hoje, também, uma nova cultura, um novo olhar das populações sobre o rio Ave, fruto da mudança de mentalidades e de novas dinâmicas dos Municípios com a aposta em projetos alavancados pela melhoria da qualidade da água do rio Ave, como a construção de novos parques, percursos pedonais e a recuperação das margens ribeirinhas.

O usufruto das margens ribeirinhas está a crescer o que tem conduzido ao desenvolvimento de atividades de lazer e desportivas, o que acaba também por se traduzir no aparecimento de novas oportunidades económicas como bares, restaurantes e cafés.

Como se referiu, apesar dos enormes investimentos por parte de variadas entidades e dos grandes avanços na sua despoluição, o rio Ave continua a ser vítima de infrações que prejudicam o ambiente, a biodiversidade dos ecossistemas e as atividades como a agricultura e, como não podia deixar de ser, a sua fruição.

A promoção de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um nível de consciencialização ambiental, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais, demandam ações concretas, preventivas e corretivas, mas devidamente pensadas, planeadas e calendarizadas no tempo.

Exige-se a sua integração num plano abrangente e participado por todos os agentes: Administração Central do Estado, Autarquias Locais e sociedade civil.

Com efeito, a despoluição e revitalização da bacia hidrográfica do Ave, nas suas diversas facetas, pressupõe uma abordagem integrada e colaborativa, que exige, para além do papel primordial e insubstituível do Estado, o envolvimento ativo dos Municípios e das Freguesias, de acordo com os princípios da subsidiariedade e da governança multinível.

Juntamente com a ação dos diversos poderes públicos, é de especial relevância incrementar a capacidade criativa da sociedade civil, incluindo aqui as organizações não

governamentais, as empresas que assumem a sua responsabilidade social e os cidadãos em geral, potenciando a cidadania ambiental.

Considerando que a Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente, estabelece que a política de ambiente visa a efetivação dos direitos ambientais, através da promoção do desenvolvimento sustentável, em conformidade com a Constituição da República, que reconhece explicitamente o direito fundamental a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado .

Considerando que a lei de bases atrás mencionada atribui ao Estado a prossecução da política de ambiente, tanto através da ação direta dos seus órgãos e agentes nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental.

Considerando que a Assembleia da República aprovou a Resolução n.º 63/2017, de 11 de abril, na qual se recomenda ao Governo que implemente um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave.

Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, define no artigo 23.º do seu anexo que constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações e que um dos domínios das atribuições municipais é expressamente o ambiente.

Considerando que compete à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, bem como pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município, conforme estabelecem as alínea j) e k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da lei atrás mencionada.

Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo por excelência do Município, tendo a responsabilidade de assumir uma postura proativa na prossecução dos interesses próprios das populações, designadamente a proteção dos seus direitos ambientais.

Pelo exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere recomendar ao Governo a elaboração e a implementação de um Plano de Despoluição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Ave que, entre outros, prossiga os seguintes objetivos estratégicos:

- Avaliação e diagnóstico das situações com impacto direto na qualidade da água do rio Ave e seus principais afluentes, com a identificação das principais áreas de intervenção;
- Elaboração e execução de uma estratégia de atuação conjunta e partilhada entre entidades para fazer face aos fenómenos de poluição (IGAMAOT, APA, CCDRN, GNR/SEPNA, CIMAVE, Municípios);
- Definição de uma estratégia de intervenção na ação integrada de fiscalização. Essa estratégia deve passar pela identificação dos alvos passíveis de serem inspecionados, considerando em particular os que são abrangidos pelo Regime de Emissões Industriais (REI), pela Prevenção de Acidentes Graves (SEVESO) e pelo Sistema de Análise de Risco

da IGAMAOT – ETAR´s. É igualmente relevante a definição de critérios de diferenciação de intervenção e identificação do universo de operadores inspecionados/fiscalizados nos últimos 5 anos e dos incumprimentos detetados;

- Execução das medidas definidas no âmbito do PGRH do Cávado, Ave e Leça para melhoria das massas de água;
- Melhorar a performance da solução das infraestruturas investindo na telegestão e em ID&I;
- Criação de uma Comissão de Acompanhamento da execução do Plano, onde envolva as autarquias com jurisdição nos territórios atravessados pelo rio Ave e seus afluentes.
- Juntamente com a ação dos diversos poderes públicos, é de especial relevância incrementar a capacidade criativa da sociedade civil, incluindo aqui as organizações não-governamentais, as empresas que assumem a sua responsabilidade social e os cidadãos em geral, potenciando a cidadania ambiental.

Depois, a pedido do líder da bancada parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu um minuto para que as bancadas pudessem decidir de que forma iriam votar a proposta apresentada.

Decorrido o tempo concedido para as bancadas parlamentares conferenciarem, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração do plenário a aceitação da proposta, e concedeu a palavra ao líder parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva, para que lesse uma declaração de voto.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu:

“Após reunião do grupo parlamentar, o que nós achamos é que é uma proposta demasiado técnica e demasiado extensa até, para que consigamos analisar em dois ou três minutos e debate-la em dois ou três minutos. Portanto, sobre essa proposta, o que nós propúnhamos era que ela fosse retirada e apresentada numa próxima Assembleia Municipal, de forma a que tivéssemos tempo para a analisar e a pudéssemos debater convenientemente e com a seriedade e com a transparência necessária, para fazermos um bom trabalho, que é o nosso dever.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia informou que a apresentação da proposta foi aceite por maioria e colocou a mesma à discussão do plenário, explicando, no entanto, que poderia não existir discussão e passar de imediato à votação, mas que a Mesa decidiu colocar a proposta à discussão do plenário. E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Em posição de princípio, o MAI vai votar a favor desta proposta. A nossa questão, também, de crítica, e portanto não precisamos fazer uma declaração de voto, é a de um procedimento que não é o habitual; evidentemente que uma proposta com esta extensão e com este conhecimento de teor não foi produzida agora. E podia-nos ter chegado, ou na conferência de líderes ou no dia anterior, para a gente a apreciar devidamente.

De todo o modo, os seus fundamentos, o seu reporte e a sua proposição estão em conformidade com aquilo que já devia estar deliberado há muito mais tempo. E por isso, talvez a crítica não seja procedente por uma questão de oportunidade: se não a votarmos agora ela poderá já não ter outra oportunidade em finais de abril, ou em 30 de abril, penso que é a data da próxima Assembleia. E isto é uma situação que já devia estar resolvida há muito tempo, porque esta proposta faz uma descrição correta, em termos naturalísticos, em termos ambientais, em termos geográficos, em termos históricos, desse grande património natural, que é o Rio Ave, que é naturalmente o Rio que nos atravessa, que atravessa várias freguesias do concelho, não faz apenas fronteira com outro concelho. E de facto é um rio que é um património importantíssimo para sete concelhos, não é só para o nosso, e é mais a jusante do nosso concelho que ele se encontra poluído. Mas é uma situação que carece de urgência de intervenção e já vem sendo adiada por vários Governos.

A questão que colocamos é que nós temos representantes eleitos, que entram mudos e saem calado – mas isso é uma questão que mais adiante veremos – pelas atas que eu tenho lido, na Assembleia Intermunicipal do CIM do Ave. E esta é uma questão que tem que ser tratada, até porque são os concelhos de Guimarães, um dos mais abrangidos pela poluição, e outros concelhos que fazem parte da CIM do Ave, e por essa Assembleia que isto também tem que ser encaminhado, como pressão, para o Governo. E é esta a situação que queríamos salientar, senhor Presidente – e por isso é que nós entendemos que devia ser admitida antes da discussão, porque toda a proposta tem que ter discussão, porque esta proposta não foi, como devia ter ido, à conferência de Líderes. Porque sempre que o MAI apresentou uma proposta para o período antes da ordem do dia, trouxemo-la ao senhor Presidente, para a levar à conferência de Líderes.

Muito obrigado pela atenção.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Começo por reiterar aquilo que disse na declaração de voto: achamos que é uma proposta que deveria e poderia ter sido apresentada de outra forma, anteriormente, na

conferência de Líderes. Relativamente àquilo que ouvimos e pudemos analisar, parecem-nos, claramente, que é uma proposta estratégica político-partidária.

Depois lembrar, também, que a poluição do Rio Ave tem mais de quatro anos, e portanto, há cinco anos ou seis anos atrás o grupo parlamentar do PSD nunca apresentou uma proposta de recomendação do género, e não se entende porquê. E depois, uma coisa que acho muito estranha é que a cara não bate com a careta, como se costuma dizer: é que, na última Assembleia Municipal, aprovámos aqui uma situação relacionada com uma pocilga em Santo Emilião e S. Martinho de Campo, que uma das razões que nos levou a votar contra era precisamente a poluição do Rio Ave. E agora apresentam uma proposta de recomendação, muito preocupados com a poluição do Rio Ave e, portanto, parece que estão preocupados com a poluição do Rio Ave, mas não no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Obviamente que, quanto aos pressupostos da proposta, nós não somos contra a despoluição do Rio Ave, digamos assim; não entendemos é os timings e as formas como esta proposta foi apresentada e nesse sentido vamos abster-nos nesta votação.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PSD, o deputado Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, que no uso da palavra referiu:

“Eu era só para dar aqui um esclarecimento ao senhor deputado Filipe Silva, e também dizer ao senhor deputado Rui Rebelo, que de facto este trabalho está a ser realizado há bastante tempo, mas acho que, sendo uma proposta de recomendação, não é um assunto que eu entenda que tenha que ir à conferência de Líderes, muito embora pudesse; mas acho que não é um assunto de tal importância que deva ter esse contexto. No entanto, queria dizer ao deputado Filipe Silva porque é que não foi antes, ele refere uns quatro ou cinco anos atrás: isto não foi antes porque, justamente, o que despoleta esta situação é uma resolução aprovada na Assembleia da República em 2017 e que consta do texto, que foi aprovada em 11 de abril de 2017, já na Assembleia da República, uma resolução para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave. Como desde aí não foi feito mais nada, é por isso que surge agora; não fazia sentido vir antes porque esta resolução só foi aprovada nessa altura.

Por outro lado não percebo: diz-me que estamos muito preocupados. Porquê? Vocês não estão? Eu estou; de facto estou preocupado com a poluição do Rio Ave, claro que estou. Agora eu quero é que vocês digam assim: não estamos nada preocupados. Se calhar não estão, mas nós estamos de facto preocupados e se virem bem o que é que se pretende com esta proposta, os sete itens que a proposta descreve, não sei em qual deles é que qualquer dos deputados estará contra. Estará contra a avaliação e diagnóstico das situações? Estará contra a elaboração e execução da estratégia de atuação? Tudo isto

são situações básicas, que eu acho que, à partida, eu também não estou contra nenhuma delas. Não percebo como é que se pode estar contra a definição de uma estratégia de intervenção de uma ação integrada de fiscalização, contra a execução de medidas que já estão definidas no âmbito do PGRH, também para melhorar as performances; quer dizer, acabam por ser tudo situações perfeitamente normais, entendo eu, e surgem, tal como eu lhe disse, porque de 2017 até hoje o Governo nada fez, portanto achamos que é altura também de tentar estimular o Governo para fazer alguma coisa por esta área do Ave.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, deu por terminada a discussão e colocou a votação a aprovação da proposta. Informou que foi aprovada por maioria. Informou sobre os tempos e que estavam abertas as inscrições para pedidos de intervenção e deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), concedendo a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Esta primeira intervenção serve, precisamente, para retomar o ponto de há bocado, e dizer ao senhor deputado Luís Amaro da Costa, que tentou aqui dar a volta ao texto, que o Partido Socialista, e eu disse isso de forma bem clara, não está contra os pressupostos da proposta apresentada, nem tão pouco votamos contra a proposta apresentada; votamos contra a aceitação da proposta, porque achamos que deveríamos ter mais tempo para a discutir. E se alguém aqui é contra a poluição do Rio foi quem votou favoravelmente a autorização da pocilga de Santo Emilião; não fomos nós que votamos favoravelmente, nós votamos contra e aí provamos que somos contra a poluição. Somos contra a poluição; hoje, o que nos dissemos era que somos contra a aceitação da proposta e não contra os pressupostos da proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O MAI gostaria, neste período, de dizer o seguinte: como é do conhecimento geral, o Governo publicou, no dia 17 de janeiro do corrente ano, o despacho 744/2019 que define, para todo o território nacional, quais as freguesias prioritárias no que concerne à limpeza dos terrenos e à gestão de fchas de combustível, como previsto no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios. No que se refere à limpeza das fchas de segurança contra incêndios florestais, em redores de casas, fábricas e povoações, o que

mais nos preocupa é o que está a ser programado e executado no terreno em toda a área geográfica do nosso concelho.

Sabemos que o Estado central também tem de assumir as suas responsabilidades; sabemos que a Câmara Municipal solicitou a colaboração das juntas de freguesia na identificação de situações de risco, mas questionamos se o município assume as suas responsabilidades e afirma que este assunto é, finalmente em 2019, uma indiscutível prioridade assumida pela Câmara Municipal. Que estratégia está pensada, lançada e implementada no terreno pela Câmara Municipal, para este ano? Dito de outra forma, que medidas concretas estão a ser tomadas pela Câmara Municipal para esta e outras temáticas afins ou análogas? Que articulação está a ser implementada com as autoridades com responsabilidades na matéria?

Gostaríamos, também, de saber se já há alguma coisa protocolada para a constituição da equipa de intervenção permanente local, envolvendo o município, as juntas de freguesia, a proteção civil e os bombeiros voluntários. Gostaríamos, também, de saber se já se começou a elaborar o cadastro da nossa zona florestal.

Como explica a diretiva governamental, a partir da lei de bases da proteção civil, no sentido de elencar as freguesias prioritárias do concelho, em termos de áreas de intervenção estrategicamente críticas, tendo para o nosso concelho sido definidas as freguesias de Ferreiros, Lanhoso e Rendufinho, como primeiro grupo de risco de incêndio e intervenção até 31 de março, e um segundo grupo com as restantes até 31 de maio. Basta consultar o referido despacho.

Isto é tanto mais preocupante, quanto o nosso concelho foi especialmente afetado pelo incêndio do verão passado, como é do conhecimento de todos, no frondejante monte que vai de Oliveira até Serzedelo. Obviamente que esta situação terá sido acompanhada pelo executivo municipal, mas gostaríamos de saber que reuniões tiveram com o Governo central e com as entidades da autoridade nacional de proteção civil, potenciando e precavendo que esta área frondejante fosse incluída nas áreas de intervenção prioritária e estrategicamente crítica. Gostaríamos, por último, de ouvir os senhores Presidentes de Junta de Ferreiros, Lanhoso e Rendufinho sobre o que já foi desenvolvido até ao dia de hoje, em colaboração com a Câmara Municipal, nesta matéria. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, voltou a conceder a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu queria aproveitar este momento, pensando eu que seria a minha primeira intervenção, para reiterar o voto de pesar que há bocado foi lido, e apresentar de forma sincera e sentida as nossas condolências, as condolências da bancada parlamentar do

Partido Socialista, ao grupo parlamentar do PSD e à estrutura do PSD da Póvoa de Lanhoso e aos familiares pela perda do Manuel José Baptista.

Posto isto, no passado dia 28 de setembro de 2018, aquando da realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, foi aqui feita uma recomendação subscrita pelos três grupos parlamentares referente à situação dos incêndios, nomeadamente, aquilo que considerávamos ser uma lei desajustada à realidade de quem sofreu na pele avultados prejuízos não reconhecidos para o efeito de apoios aos produtores florestais. Depois de discutida e votada essa recomendação, foi deliberado que seria dado seguimento à referida recomendação, fazendo chegar o conteúdo da mesma ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro Ministro, ao senhor Ministro da Agricultura, Floresta e desenvolvimento Rural e, ainda, aos senhores líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República. Passados quase três meses da deliberação, em sede da Assembleia Municipal, o grupo parlamentar do partido socialista, ao abrigo da alínea e) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal, fez chegar ao senhor Presidente um requerimento solicitando um documento comprovativo de que a recomendação teria seguido, conforme a deliberação da Assembleia Municipal de 28 de setembro. Recebemos, no dia três de janeiro, resposta ao requerimento enviado com o documento comprovativo do envio da referida recomendação datado de 27 de dezembro de 2018, três meses depois da deliberação.

Não querendo, de forma nenhuma, que este alerta seja interpretado como uma crítica negativa, muito menos estará aqui em causa a competência quer da Mesa da Assembleia quer dos serviços a quem reconhecemos toda a dedicação e o profissionalismo que têm demonstrado, consideramos que seria útil que fosse revista a metodologia neste tipo de situações, para que os processos pudessem ser tratados de forma mais célere. Três meses para o envio de uma recomendação é demasiado tempo.

Talvez se justifique aqui recordar um tema pouco consensual, que foi de forma muito breve abordado pelo Professor Cândido de Oliveira, aquando da sessão de debate levada a cabo em novembro, que dava conta da necessidade, ou não, da Assembleia ter funcionários a tempo inteiro. Isto será certamente uma discussão para outra altura, e o que se pretende é mesmo deixar a nota de que devemos ser mais eficazes no tratamento deste tipo de questões; fazemo-lo insistindo que será, no nosso entender, uma questão de metodologia, não beliscando, em momento algum, a competência da Mesa da Assembleia nem dos serviços.

Pegando agora numa questão que tem sido uma bandeira deste executivo municipal, mais concretamente do senhor Presidente da Câmara, a mobilidade, que deu origem a uma verdadeira revolução de obras no centro da vila, gostaríamos de aproveitar este momento para fazer uma chamada de atenção que nos parece pertinente e muito importante e que merecerá certamente uma atenção redobrada por parte do executivo. A mobilidade não pode ser tida em conta apenas no centro da vila, até porque o concelho é muito mais do que a vila da Póvoa de Lanhoso. Temos, um pouco por todo o

concelho, problemas graves relacionados com zonas pedonais em muitas estradas municipais, e até estradas nacionais, que não contemplam zonas para peões, pondo em causa a segurança e criando uma barreira, muitas vezes inultrapassável por pessoas de mobilidade reduzida. Pergunto, senhor Presidente, se está atento a esta situação e, se sim, que estratégia terá para fazer frente a este problema real e urgente, no que à tão falada mobilidade diz respeito.

Ainda neste capítulo, referindo-me agora às obras levadas a cabo no centro da vila, o partido socialista levou a reunião de Câmara uma proposta para remoção dos pilaretes implantados nos passeios circundantes à Praça Eng.º Armando Rodrigues. Esta proposta surgiu na sequência da constatação de em pouco tempo terem acontecido vários acidentes, causados pelos referidos pilaretes, quer com pessoas que neles tropeçam, dada a sua fraca visibilidade, mas também para os condutores, ou no caso, para os pneus e jantes dos veículos que acidentalmente tocam nestas guias. Aliás, este dado pode mesmo ser avaliado pelas inúmeras marcas metálicas e de borracha que estão bem visíveis no local.

Na proposta apresentada pelo partido socialista, era solicitado que fossem consultados o arquiteto e o arquiteto paisagista responsáveis pelo projeto, no sentido de estes se renunciarem e autorizarem a alteração do projeto, sob pena de virem a ser corresponsabilizados por eventuais acidentes pessoais ou materiais, no futuro. O senhor Presidente de Câmara e o seu executivo não só chumbaram a proposta em causa, como se recusaram a consultar o arquiteto responsável pela obra para, pelo menos, discutirem o tema. Pergunto-lhe senhor Presidente, se tal atitude se justifica pelo facto do senhor achar que estas questões relacionadas com acidentes pessoais e materiais já registados são uma questão menor, ou se é meramente uma questão de preconceito pelo facto de ser um partido da oposição a apresentar uma proposta.

Para além desta, o partido socialista levou, recentemente, uma outra proposta à reunião de câmara, em que se pretendia que a Câmara Municipal assumisse o fim da utilização do glifosato no controlo de infestantes nos pavimentos, valetas e taludes. O glifosato é um herbicida considerado, por diversos estudos internacionais, como sendo cancerígeno, tanto para animais como para humanos, e provocador de alterações genéticas nos seres vivos. Muitas avaliações académicas e entidades reguladoras de diversos países atestaram a toxicidade do glifosato como herbicida, com o aumento da incidência de certos tipos de cancro e alterações de feto, por via placentária, que pode provocar microcefalia e estimular o aparecimento do autismo; além disto, pode causar danos para os sistemas cardiovascular, gastrointestinal, renal, nervoso e respiratório.

O Governo aprovou, em janeiro de 2017, a proibição do uso de pesticidas em espaços públicos, como jardins infantis, parques e jardins urbanos, escolas e hospitais, com o objetivo de reduzir e controlar os efeitos sobre a saúde pública. Segundo as conclusões que foram apresentadas na reportagem “erva daninha” na RTP1, um estudo realizado com 26 voluntários portugueses das regiões Norte e Centro do país, detetou a presença

do herbicida glifosato na urina de todos os participantes, sendo que a concentração média foi de 26,2 mg/l por pessoa, cerca de 20 vezes superior às que são encontradas, por exemplo, em cidadãos suíços ou alemães. Os níveis de contaminação dos povoenses da vila ao glifosato devem ser provavelmente iguais ou superiores aos do estudo efetuado, dada a utilização sistemática, por parte da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Com estes dados, que achamos demasiado sérios para que se decida tendo em consideração politiquices ou preconceitos, o partido socialista achou por bem apresentar uma proposta para que se deixe de usar o referido herbicida. Pelos vistos, a saúde dos povoenses parece não ser uma preocupação para o executivo municipal, que não só chumbou a proposta como afirmou que voltaria a usar o referido herbicida no futuro se assim o entendesse.

Preocupa-nos esta postura do executivo municipal, que se apresenta com um discurso mas age de forma completamente diferente. Dizia o senhor Presidente da Câmara, em dezembro de 2017, precisamente nesta Assembleia, que ficaria muito satisfeito se em conjunto encontrássemos soluções. Dizia, ainda, no seu discurso de tomada de posse, “trabalharei com todos, respeitando o espaço da oposição”. Permita-me dizer-lhe, senhor Presidente, que estes são sem dúvida nenhuns princípios, mas não valem absolutamente nada se ficarem apenas nas palavras ou nas intenções. É a ação que o define, e é por meio desta que o senhor tem a oportunidade de se mostrar diferente. Tem vindo a desperdiçar oportunidades. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o senhor Presidente da Câmara, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Em relação aos pilaretes, é uma candidatura que foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal, e como é uma candidatura nós não podemos alterar seja o que for. Mesmo assim, posso-vos dizer que não chegou uma única reclamação à Câmara Municipal.

Em relação ao herbicida utilizado pela Câmara Municipal, este herbicida já não é colocado nas vias públicas desde junho do ano passado, e realmente não foi utilizado; sabemos que esse herbicida é legal neste momento, está aprovado pelo Governo, está aprovado pela União Europeia e não há nada que nos proíba de utilizar este herbicida. Mas nós, desde junho, que foi o que foi falado na própria reunião de câmara, não estamos a utilizar qualquer tipo de herbicida; única e exclusivamente estamos a limpar as valetas e os próprios passeios, com mão própria. Por isso mesmo, o que disseram aqui acho que não tem fundamento nenhum, porque nós estamos a fazer tudo que nos é possível para ir ao encontro das pretensões das pessoas. Obrigado.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Na sequência da intervenção do deputado Pedro Afonso, o município tem tomado uma série de medidas, já desde o início do mandato, que visam a proteção de pessoas e bens, com ações no terreno, com ações de sensibilização, como aconteceu no ano passado em todo o concelho, e também este ano vai voltar a acontecer.

Existe uma contínua publicação de legislação, até de uma forma avulsa, e nós, em conjunto com os Presidentes de Junta, temos tido sempre uma posição de diálogo e de ajuda mútua, para conseguirmos chegar às pessoas com o máximo de informação possível. Nesse sentido, apenas para esclarecer aquilo que tem sido feito pelo município, eu posso falar aqui de uma série de ações que nós temos feito. Já desde ano passado temos feito a limpeza e beneficiação de caminhos florestais, nós temos identificado cerca de 90 Km, fizemos com meios próprios; não atingimos 90 Km, mas chegamos a cerca de 70 e muito; foi um trabalho árduo e que foi cumprido pelo município.

Fizemos, também, a limpeza de algumas fachas de combustão, estamos finalmente a terminar a aprovação do PMDFCI, que foi à reunião da Comissão no passado mês de janeiro. Juntamente com a GNR, vamos ter ações de sensibilização para que as pessoas limpem os terrenos naquela que é a envolvente das moradias, das habitações, mas também das vias públicas, juntamente com a GNR, em todas as freguesias de primeira e de segunda prioridade, juntamente com a GNR e com os Bombeiros, vamos fazer as ações de sensibilização.

Já iniciámos o cadastro simplificado; neste momento estamos a fazer o levantamento das freguesias de Campos e Louredo; iremos criar o plano de evacuação para a “aldeia segura”, como é chamado pelo NPSA, pelo menos num ponto do concelho que é a aldeia turística de carreira, e decidimos começar por lá, porque é uma aldeia referenciada e ao mesmo tempo cumpre aqueles que são os requisitos de difícil evacuação.

Temos tido reuniões bimensais com o CDOS, onde já fizemos transparecer aquelas que são as nossas preocupações ao nível da falta de meios dos municípios, quer para a limpeza de todas as fachas que existem, mas também para se substituir aos proprietários, torna-se muito complicado que o município se consiga substituir, com a falta de informação que existe, e com a dificuldade que existe na notificação dos proprietários; e isto urge, pois até o próprio mercado não consegue absorver toda esta procura.

Vamos fazer a beneficiação dos pontos de água de Galegos e São Mamede e, portanto, acho que temos tido aqui uma atividade contínua e exaustiva, juntamente com os Presidentes de Junta, com a GNR, com os Bombeiros, mas tentando juntar sempre aqueles que são os elementos da proteção cívica, que, em primeira instância, são as entidades, mas são todas as pessoas. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, João Duque, concedeu novamente a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva, dando início a uma nova ronda de intervenções.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Senhor presidente, relativamente ao projeto da Praça Eng.º Armando Rodrigues, que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, seria sério também dizer que o projeto é aprovado sem conhecermos os pormenores do projeto. E, por outro lado, também queria perguntar-lhe se confirma que efetivamente esses projetos não podem ser alterados quando devidamente fundamentados, se podem ou não ser alterados. E, não sei se estarei enganado ou não, não sei se pertence ao mesmo projeto mas aquela estrada da Rua D. Elvira Câmara Lopes, penso que inicialmente era para ser uma rua pedonal e de repente, porque dois ou três comerciantes disseram que era preciso passar carros, puseram-se lá uns pilares, e portanto o projeto inicial aí pôde ser alterado; não sei se podem ser alterados apenas quando o senhor entende ou se podem ser alterados quando devidamente fundamentado e quando faz sentido, como esse da Rua D. Elvira Câmara Lopes, que eventualmente poderia fazer sentido.*

Relativamente ao glifosato, aqui há uma questão de base que é preocupante: a partir do momento que o senhor diz que não estamos proibidos de o utilizar, não importa todos os estudos que saíram que provam que está em causa a saúde pública com a utilização deste herbicida. Tenho aqui mais um estudo que saiu esta semana, que foi publicado no Diário de Notícias, “glifosato – herbicida mais vendido em Portugal, aumenta risco de linfoma em 41%, diz o novo estudo”, tem aqui também uma publicação da Quercus “a organização mundial de saúde, através da sua estrutura especializada, a agência internacional para a investigação sobre o cancro, sediada em França, declarou o glifosato como cancerígeno provável para o ser humano, nomeadamente, esta classificação significa que existem evidências suficientes que o glifosato causa cancro em animais de laboratório e que existem provas concretas para o mesmo efeito em seres humanos, embora mais limitadas”. Ou seja, não estamos proibidos, usamos independentemente das provas, que existam ou não, de que está a por em causa a saúde pública dos povoenses. E se é verdade que não utiliza desde junho, também é verdade que afirmou em reunião de câmara que voltará a utilizar se assim achar necessário, e se desmentir terei que pedir a palavra de um vereador, que estava presente na reunião para poder dizer de sua justiça. Muito obrigado.”

Depois, o presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa que, no uso da palavra, referiu:

“Apenas para pedir um esclarecimento ao senhor deputado Filipe Silva, já que fala em riscos para a saúde, saber se ele sabe que o gásóleo também tem riscos enormes para a saúde pública, e se ele está tão preocupado com isso como em relação ao glifosato. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva, para poder responder.

Interveio o deputado Filipe Silva, e no uso da palavra referiu:

“Obviamente que sei, mas a mim preocupa-me aquilo em que nós podemos agir; quando nós podemos agir devemos fazer alguma coisa para contrariar. Agora no caso do gásóleo acho que não temos condições nós para agir, mas no glifosato temos e muitas. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva que no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos pilaretes eu já respondi, em relação à Rua D. Elvira Câmara Lopes, antes de executarmos a obra pedimos às entidades competentes para alterar o trânsito para pedonal, e foi aceite, antes de executar a obra. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva, dando início aos pedidos de esclarecimento.

Interveio o deputado, Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tenho aqui outra pergunta relacionada, também, a outra obra – para percebermos que tipo de procedimento é que podemos fazer, junto das entidades próprias – que tem a ver com a ponte ou o passadiço que está no rio da Praça Eng.º Armando Rodrigues que liga às traseiras do centro comercial. Pensando eu que estará uma construção em reserva ecológica, obviamente seriam necessárias serem consultadas as entidades competentes para obter as autorizações para a construção da tal obra.

Eu gostaria de saber, senhor presidente, eu gostaria de o questionar quais foram as entidades que consultou para obter essas autorizações e se pode discutir aqui tal procedimento para realizar a obra. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra à Câmara, para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor deputado, Filipe Silva, é uma questão que realmente nem devia existir porque um projeto que seja candidatado tem que estar aprovado por todas as entidades. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, deu por terminado o PAOD, verificou que não existiam pedidos de intervenção por parte dos Presidentes de Junta, pelo que passou de imediato ao período de intervenção das comissões permanentes, concedendo a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito e Toponímia, o deputado Rui Rebelo.

Interveio o Presidente da Comissão Municipal Permanente de Trânsito e Toponímia, Rui Rebelo, e leu o seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

*A teor do Regimento da Assembleia Municipal, vimos apresentar o **Relatório Anual da Comissão Municipal Permanente de Trânsito e Toponímia**, reportado à atividade desenvolvida no ano de 2018.*

Antes de mais, convém notar que, não obstante as comissões municipais permanentes terem sido empossadas em 23 de março, esta Comissão, por motivo de alteração na sua composição, somente pôde realizar a primeira reunião em 16 de maio.

No entanto, em cerca de nove meses de exercício nas funções levamos a cabo cinco reuniões: as duas ordinárias, conforme imposição regimental, e três extraordinárias, devidamente autorizadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, uma das quais em conjunto com a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso – N. Senhora do Amparo, cujo Executivo aproveitamos para saudar democraticamente.

Vejamos.

Na sua primeira reunião, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir quatro pareceres, todos favoráveis. A saber:

- *Relativo ao denominado Projeto de Regulamento de atividades de transporte em táxi;*
- *Relativos à atribuição de dois novos topónimos:*
 - *Com a designação de “Travessa dos Novais”, em Louredo;*
 - *Com a designação de “Travessa da Lage”, em Taíde;*
- *Relativo ao pedido à Câmara Municipal de autorização para o prolongamento de um arruamento da Travessa do Carvalho, na freguesia de Covelas, com cedência de área ao Município.*

De maior relevância, na apreciação do Projeto de Regulamento de transporte em táxi, realçamos que a Comissão deliberou apresentar ao Executivo Municipal duas recomendações:

• Tendo em atenção o historial do processo relativo às atividades de transporte em táxi, torna-se conveniente que o Executivo coordene a aplicação do novo Regulamento com os legítimos representantes locais da associação representativa do sector, os quais não foi possível ouvir, tempestivamente, em sede desta Comissão;

• Tendo em mente os precisos interesses e compreensível aspiração de bem-estar por parte dos clientes ou utentes de transporte em táxi, torna-se conveniente que o Executivo considere a oportunidade de ponderar e, eventualmente, reequacionar a localização de duas praças de táxi sitas, na atualidade, no Largo António Lopes, desta Vila.

Na reunião de 10 de outubro, a Comissão deliberou por unanimidade emitir quatro pareceres visando a atribuição de novos topónimos para arruamentos, conforme proposta da Assembleia da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, a saber: “Travessa do Cruzeiro”; “Rua Vale das Moças”; “Travessa Nova da Renda”; e “Rua do Novaiinho”.

Outrossim foi deliberado apresentar, como sugestão consultiva, a seguinte recomendação:

1. Considerando que a toponímia deve procurar justificar uma forte ligação com a história, arqueologia, geografia e identidade da população, envolvendo valores culturais, usos e costumes, ideias e crenças, características, institutos, atividades ou ocupações económicas e de outra natureza com notória importância para as comunidades locais;
2. Considerando que a toponímia deve ser tratada com todo cuidado, estrito rigor e máximo enlevo, por forma a preservar as denominações antigas das populações bem como ir de encontro aos parâmetros e características acima enunciadas, salvaguardando ou perpetuando nomes próprios de lugares, sua origem e evolução;
3. Esta Comissão entende que será de recomendar aos executivos das juntas de Freguesia que as propostas de atribuição de novos topónimos sejam, doravante, acompanhadas da fundamentação quanto aos motivos de escolha e da justificação que determinaram as respetivas propostas de atribuição toponímica, registando-as documentalmente para memória futura.

No âmbito dos trabalhos para apreciar a “Nova Postura de Trânsito”, a Comissão procedeu à Audição do Vereador André Rodrigues, cuja participação, bem como da respetiva equipa técnica municipal – formada pela Eng.^a Melisa Costa e a Dr.^a Filipa Gonçalves –, se considerou relevante para o desenvolvimento dos respetivos trabalhos.

Nesta conferência, foram debatidas ideias e transmitidas mutuamente informações de interesse para a matéria em análise. Na oportunidade, esta Comissão recomendou aos responsáveis do Executivo Municipal que se considerasse uma específica atenção às problemáticas atuais no que concerne ao trânsito na Vila, a saber: da segurança na

mobilidade dos cidadãos; das acessibilidades à volta da Vila; do estacionamento, que se encontra limitado no centro urbano.

Neste contexto, considerando a importância e sensibilidade políticas que a temática envolve, a Comissão endereçou convites aos Agrupamentos de Escolas, para se pronunciarem e apresentarem contributos, no sentido de melhorar e valorizar o projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, em especial no que respeita à circulação e sentidos de tráfego junto das zonas escolares do Concelho.

No final de 2018 e já no decurso do corrente ano, realizaram-se duas reuniões, a fim de analisar e debater o referido Projeto de Regulamento, e que concluíram com a emissão de competente Parecer aprovado por unanimidade e entregue junto dos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal em 28 de janeiro.

Destas reuniões daremos conta em detalhe no Relatório de Atividade a apresentar no próximo ano, mas desde já permitimo-nos a liberdade de referir que, no seu Parecer, a Comissão se declarou favorável na generalidade ao referido projeto de Regulamento, designadamente na opinião formulada como favorável quanto aos méritos que esta iniciativa política consubstancia. Mas, complementarmente, na especialidade, fez constar do mesmo várias recomendações ou ressalvas.

Resta dizer que as competências desta Comissão Permanente são meramente consultivas e de aconselhamento nos assuntos objeto da matéria que diz respeito ao trânsito e toponímia, com natureza política.

Ou seja, no fundamental e em razão da matéria, caberá a esta Comissão acompanhar a atividade da Câmara Municipal, com motivação no âmbito da Assembleia Municipal.

Por conseguinte, é entendimento consensual dos seus Membros que os procedimentos respeitantes à Comissão devem somente ser objeto de exposição através dos seus relatórios e pareceres.

Será sempre por aí que centraremos a nossa atuação e participação, assim coadjuvando e colaborando com o plenário da Assembleia Municipal, comprometidos na mais proveitosa e leal cooperação com o Executivo Municipal e procurando o melhor para o nosso Concelho. Temos dito.

Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso, em 22.02.2019.

Pel' A Comissão Municipal Permanente de Trânsito e Toponímia."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Presidente da Comissão de Urbanismo, Edificação e Planeamento, a deputada Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O que me traz cá, à semelhança do deputado Rui Rebelo, é apresentar também o relatório da atividade da Comissão, neste caso da Comissão de Urbanismo, Edificação e Planeamento, no que se reporta ao ano de 2018.

Nós não somos uma Comissão com História, portanto tivemos aqui uma série de dificuldades acrescidas, no sentido de percebermos qual o âmbito desta comissão. Na primeira reunião, já demos cá conta que tentamos uma reunião de aproximação com a Divisão de Gestão Urbanística, que teve o acolhimento da Câmara Municipal, e desde já agradecemos; ela decorreu no dia dois de agosto, portanto cumprimos a primeira etapa a que nos propusemos, que era efetivamente aproximar a nossa Comissão Permanente daquela que é a Divisão que trata as temáticas do urbanismo e da edificação.

Passada esta etapa, partimos então para a segunda reunião, esta já realizada em outubro, na qual entendemos, todos os membros da Comissão, que deveríamos clarificar qual o âmbito da nossa intervenção; nesse sentido endereçamos um email à Assembleia Municipal que, através de alguma consulta e também do apoio do chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, nos deu nota do seguinte:

- Enquanto a Comissão de Transito e Toponímia e, também, a Comissão de Juventude, Educação e Desporto têm já as suas atividades, ou no fundo, o seu âmbito devidamente regulado, ou seja, os próprios regulamentos definem quais as suas competências e daí dar origem a um conjunto de pareceres, no âmbito do urbanismo da edificação e planeamento essa situação ainda não se encontra regulada, daí que nada mais poderemos fazer de momento.

E dar nota, também, que agradecemos o apoio que a Assembleia nos deu, no sentido de clarificar esta realidade, perceber que os nossos regulamentos ainda não reportam para a Comissão, não lhe delegam competências e, nesse âmbito, também não temos aqui pareceres de que dar justificação.

Vamos dar o regulamento, com as devidas atas, as atas já foram entregues à Assembleia Municipal; no entanto ,entendemos que as mesmas deveriam fazer parte integrante do documento que faremos chegar hoje à Assembleia Municipal.

De momento é tudo que nos cumpre informar. A todos vocês, muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Juventude, Educação e Desporto, o deputado Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de apresentar o relatório da comissão à qual presido, queria abordar dois pontos prévios. O primeiro ponto é para desejar bom trabalho e votos de sucesso ao João Barroso, pelo cargo que assumiu recentemente, e dizer-lhe que, apesar da cor política

que nos afasta, não é por isso que eu deixo de desejar o bom trabalho, e espero realmente que faça e cumpra o teu dever.

O outro ponto prévio, foi um email recebido no passado dia 12/02/2019, remetido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao funcionamento das sessões da Assembleia Municipal sobre as comissões. Informo que esta é a minha posição e não a dos meus colegas da comissão. Desde o seu surgimento, a democracia alterou-se, não correspondendo o seu modelo atual ao modelo antigo; nesse contexto, o conceito de democracia é dinâmico e altera-se conforme especificidades espaciais e temporais, e ainda bem que assim é. Contudo, posso ser franco, não vi com bons olhos a tomada de decisão do senhor Presidente e dos líderes das diversas bancadas, entendo o sentido e não o propósito, e passo a citar - "Nas próximas sessões só haverá intervenção no caso de se tratar de um assunto urgente e importante. Nesses casos, a intenção de intervir deve ser comunicada antes da reunião de conferência de líderes, na qual se decidirá se o assunto deve ser ou não apresentado." - entendo o propósito sim senhor, mas continuo a achar que não se deve proceder assim, porque sou eu e os membros da minha comissão que achamos se aquele ponto deve ou não fazer parte, ou devemos ou não intervir na Assembleia Municipal. Isto eu disse, no seio do meu partido, que era contra, mas aceito a decisão do senhor Presidente, mas fica aqui a minha tomada de posição.

Posto isto passo a ler o nosso relatório, **relatório da Comissão Municipal Permanente de Educação, Desporto e Juventude:**

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, caras e caros deputados,

A Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude reuniu, no ano transato, a três de maio; nessa mesma reunião, foi debatido o âmbito da atuação dessa comissão e idealizado um plano de atividades, no qual se considerou essencial, entre outras licitações a salientar, o seu trabalho na audição e visita de um conjunto de personalidades e instituições. Face ao exposto, solicitei, enquanto Presidente desta mesma Comissão, aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, um parecer de enquadramento jurídico dos direitos e deveres dos deputados comissários, regime de poderes, regime de férias, compensações patronais, entre outros, tendo os serviços, prontamente, respondido.

Informo que iremos voltar a reunir por forma a efetivar a nossa atuação."

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, referiu:

"As outras duas comissões, nomeadamente a Comissão de Responsabilidade Social e do Ambiente, como entretanto fizeram os relatórios, nomeadamente já na sessão anterior, dispensam-se hoje dessa apresentação. E as nossas indicações da conferência de líderes foram mais no sentido de organizar os relatórios; já veremos como é que as coisas se vão desenvolvendo, tendo em conta que este hábito da intervenção das comissões é relativamente novo, ou pelo menos, só está agora regulamentado no regimento."

E dando por terminado o período de intervenção das comissões, passou de imediato ao período de intervenção do público, concedendo a palavra à senhora Maria Ilidia Mendes Faria.

Interveio a senhora Maria Ilidia Mendes Faria, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“Venho da freguesia de Vilela, onde resido há 10 anos, chamo-me Ilídia Faria, trabalho na Póvoa de Lanhoso e vivo cá. O motivo que me traz aqui é a falta de resposta, aos meus ofícios, do anterior e atual executivos, ao logo dos últimos anos. O último ofício é datado de 26 de março de 2018, igualmente enviado à junta de freguesia de Vilela, todos eles com aviso de receção e todos eles rececionados pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. Alertei, vezes sem conta, o senhor Presidente da Câmara e a Junta de Freguesia de Vilela, acerca do estado deplorável em que se encontra o caminho de Portagide, que por sinal é o único que dá acesso à minha habitação. Além da degradação é impossível, por exemplo, aceder um carro dos bombeiros ou uma ambulância.*

Vivo na quinta de Portagide há cerca de 10 anos, e durante este período tenho pedido insistentemente a reparação do referido caminho e a ligação da luz pública. Senhor Presidente, o que lhe posso dizer é que, neste momento, o caminho está praticamente intransitável, aliás, trago aqui algumas fotos que posso apresentar. Imagine o que é fazer este percurso várias vezes ao dia, com duas crianças pequenas, sem luz pública, principalmente no inverno. Isto para não falarmos dos prejuízos avultados que tenho tido com a reparação do meu carro, desde pneus furados, amortecedores e tudo o resto de mecânica, da qual eu não percebo.

Quero acreditar que, com este novo executivo, a minha situação possa finalmente ficar resolvida. Senhor Presidente, eu escolhi a Póvoa de Lanhoso para viver, para criar as minhas filhas e para trabalhar. Resido cá há 15 anos, e na Póvoa de Lanhoso montei um centro médico-veterinário, criando assim o meu posto de trabalho e o de uma outra pessoa.

Não sou veterinária por acaso, comigo nasceu o amor pelos animais e pela natureza. A aquisição da Quinta de Portagide, em Vilela em 2008, foi sem dúvida a realização de um sonho antigo, não tive dúvidas desde o primeiro momento que esta seria a terra que escolheria para viver. Com um projeto PRODER foi possível instalar uma exploração de porcos de raça bísara em regime semi-intensivo, tendo servido, na altura, de modelo para muitos agricultores que pretendiam exercer a mesma atividade. Tanto esta Quinta de Portagide como o meu centro médico-veterinário significaram um avultado investimento no concelho da Póvoa de Lanhoso. Mas se tiver o apoio deste executivo, no que toca à reparação do caminho de Portagide e à instalação de luz pública, poderei criar mais riqueza no nosso concelho.

Pretendo fazer criação de cães e a construção de um PetHotel; tenho ao meu cuidado cerca de 20 cães, maioritariamente abandonados, como é óbvio, muitos deles rejeitados

pelo atual canil. Mas o gosto pela criação de algumas raças é algo que me fascina. Escolher bons animais, ter bons exemplares, dar continuidade às raças de que gosto, é neste momento uma atividade que quero exercer com maior responsabilidade.

Com a entrada em vigor da Lei 97/2018, ficou finalmente legislado quem e quais as condições necessárias, para se ser criador de animais de companhia, particularmente de cães e gatos, bem como as regras de comercialização. Neste momento, já tenho registo de criador na Direção Geral de Alimentação e Veterinária, para 20 cadelas reprodutoras e gatos persa. Tenho também o respetivo CAE das finanças, mas é minha pretensão, para além de continuar a recolher os cães que vão precisando de mim, tornar a minha criação rentável e de referência, afinal tenho tudo para este efeito. O local onde os animais podem crescer felizes sem importunar vizinhos, os conhecimentos técnicos e umas filhas a crescer que partilham dos mesmos sentimentos pelos animais.

O passo seguinte será o de avançar para a construção de um PetHotel, serviço inexistente na nossa região. Para que saiba este foi o serviço mais requisitado em 2018, qualquer busca no Google pode corresponder a isto. Sucede que, após cerca de 10 anos a pedir melhorias no acesso a minha casa, bem como a ligação da luz pública, tal ainda não se verificou. Como posso pensar em fazer crescer uma empresa que poderá vir a ter grande impacto e criação de postos de trabalho, com acessos completamente degradados?

Por isso peço encarecidamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal que reflita no que lhe acabo de transmitir e aproveito desde já para o convidar a visitar a minha Quinta, para que veja os problemas que anteriormente lhe falei, mas acima de tudo, para que veja o enorme potencial de que disponho para o futuro PetHotel da Póvoa de Lanhoso. A Póvoa de Lanhoso precisa de mais investimento e progresso, por isso estou convencida que este executivo fará o melhor para o nosso concelho. Muito obrigada.”

Depois, visto que a intervenção foi uma interpelação dirigida ao Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao mesmo, para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, que no uso da palavra referiu:

“Senhora Dr.ª Maria Ilídia Faria, obrigado pelas suas palavras. Embora tivéssemos reunido consigo na última semana, a gente já falou sobre este caso, entretanto posso-lhe comunicar que nesse período verifiquei que a junta de freguesia de Vilela já tinha requisitado a luz pública, já foi paga à EDP, estamos à espera que a EDP faça a sua colocação.

Em relação ao caminho, o que eu lhe transmiti na reunião foi que todas as juntas de freguesia têm as suas prioridades e que têm que transmitir à Câmara Municipal as suas prioridades; por isso mesmo, quando a freguesia de Vilela chegar a essa prioridade, a Câmara Municipal de certeza que vai proceder em conformidade e vai de certeza ao

encontro das suas pretensões. É isto que eu tenho a dizer, foi isto que eu disse na reunião que tive consigo, agradeço as suas palavras e estou sempre ao seu dispor, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, deu por terminado o período de intervenção do público e deu início ao período da ordem do dia (POD). **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do primeiro ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O resumo das atividades realizadas nos últimos meses revela que estamos a cumprir o plano de atividades que definimos para este mandato. Fica, também, claro que a estratégia de desenvolvimento, que apresentámos aos povoenses em 2017, segue o seu caminho com passos seguros, como dão exemplo as propostas vertidas no plano estratégico de reabilitação urbana. A Póvoa de Lanhoso é hoje um concelho com o seu centro requalificado, com os equipamentos básicos renovados, que está a ampliar a sua rede de água e saneamento, que tem propostas sociais de melhoramento da vida de quem mais precisa, insistindo permanentemente em projetos educativos de excelência. O concelho que este ano fará um forte investimento nas freguesias, superior a dois milhões de euros, apostando na coesão de todo o território e envolvendo todas as freguesias neste objetivo.

Como os senhores deputados tiveram oportunidade de ler, há uma atividade permanente em todos os pelouros, revelando bem o trabalho que estamos a realizar, para termos um concelho em permanente desenvolvimento. Temos dado sinais claros, apesar de sermos um concelho de baixa densidade, que queremos estar na linha da frente das políticas modernas de desenvolvimento. Como é o exemplo da recente adesão ao pacto de conciliação, que representa um sinal claro da valorização da família com o seu trabalho. A implementação do projeto de apoio nos medicamentos é mais uma prova de que temos responsabilidade social e que esta é uma prioridade de sempre e para sempre.

A aposta que fizemos em acarinhar novas empresas, que não sejam dos setores tradicionais, foi acertada, tendo presente a crise que se avizinha no setor têxtil. A PROZIS cresce todos os dias, estando a finalizar duas unidades produtivas que vão empregar centenas de trabalhadores. Os apoios, que também esta Assembleia aprovou, são determinantes para mantermos esta empresa no concelho. Posso dizer-vos que em breve teremos mais novidades sobre o crescimento desta empresa, e de certeza que todos nós vamos aplaudir.

O concurso de teatro está a ser, mais uma vez, um sucesso, revelando a nossa vocação cultural e demonstrando que é, também, através da cultura que desenvolvemos este concelho.

As atividades de Natal provaram a nossa aposta no comércio local, investindo a autarquia num projeto que foi avaliado positivamente.

O recebimento da bandeira do reconhecimento do concelho amigo do desporto confirma o investimento que temos feito nesta área, apoiando os clubes e desenvolvendo a prática desportiva.

Há certamente ainda muito a fazer, mas temos a convicção de que a atividade do município tem sido muito positiva e, acima de tudo, está a cumprir os compromissos que assumiu com todos os povoenses.

O facto de a dívida orçamental ter diminuído mais de duzentos mil euros é a prova de que gerimos esta casa com responsabilidade financeira e em respeito de todas as regras orçamentais e financeiras públicas. Obrigado a todos.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de dar início à minha intervenção queria, também, fazer um parenteses, e aproveitar para desejar um bom trabalho a um jovem que tomou posse, que será o próximo vereador da Câmara Municipal, e queria aqui deixar-lhe os parabéns e desejar-lhe um bom trabalho.

Relativamente a este ponto número um, é-nos pedido que façamos uma análise da atividade do município, desde a última Assembleia até esta. Cerca de dois meses e meio, o período não foi muito longo mas não é por isso que a atividade foi diminuta. A Câmara Municipal, através do senhor Presidente da Câmara, senhor Avelino Silva, já introduziu o ponto, e bem, fazendo uma análise detalhada e realista da atividade do município. Portanto, o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado e esclarecido, e regista com agrado que a autarquia está a intervir em várias áreas, quer ao nível das obras que se iniciaram ou as que estavam em curso e se concluíram, quer ao nível, também, das iniciativas realizadas e incluídas nas pastas dos vários pelouros.

Há, no entanto, uma outra perspetiva: podemos analisar a atividade da Câmara Municipal, num âmbito mais global, e nesta perspetiva, para nós, o grupo parlamentar do PSD, o mais importante é sentir que o concelho está melhor, a crescer, a saber responder de forma consciente às necessidades dos povoenses, a melhorar os seus equipamentos e infraestruturas públicas e, acima de tudo, a fixar pessoas e a tratar como deve os seus habitantes. Sim, a vila está mais requalificada e com maior conforto e

mobilidade. Sim, existem mais espaços pedonais e mais zonas de lazer, maior diversidade na oferta em eventos lúdicos e culturais, mais emprego.

Permitam-me salientar a inclusão de duas medidas importantes: uma, na área social, o programa de apoio na medicação para famílias com dificuldades económicas, esta é mais uma resposta social e é demonstrativo que a Câmara Municipal olha para a ação social com especial atenção, e não é por acas, que foi, mais uma vez, pela oitava vez consecutiva, reconhecida como autarquia, uma das autarquias mais familiarmente responsáveis.

A segunda, na área da coesão territorial e mobilidade, falo pois, do projeto de reabilitação urbana da vila da Póvoa de Lanhoso, que se encontra em discussão pública até dia 11 de março de 2019, estando nele vertido grande parte da estratégia de crescimento e de expansão da vila, bem como de equipamentos públicos a construir.

Relativamente às contas, nota positiva para o equilíbrio financeiro, tendo a dívida diminuído em cerca de 230 mil euros. Deixamos assim, portanto, um voto de confiança ao executivo municipal, pois tem sabido honrar o compromisso que assumiu com os povoenses, aquando das últimas eleições autárquicas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto que estamos a discutir, a atividade do município, bem como a sua situação financeira, o partido socialista informa que se considera inteirado.

Relativamente ao documento em si, bem, de ano para ano é sempre igual, vão acrescentando é algumas coisas, porque os pontos fulcrais estão sempre iguais. Sempre que o senhor Presidente vem aqui fazer a apresentação deste plano, a palavra que eu mais ouço aqui é a vila, a vila, a vila: a Póvoa de Lanhoso é mais do que a vila senhor Presidente! O Paulo, o Presidente da Junta de Nossa Senhora do Amparo, deve sentir-se feliz porque, realmente, aqui em relação ao documento é quase tudo a vila, a vila; mas pronto, é o documento que temos.

O Luís Carvalho fez aqui a apresentação do ponto, e eu não me vou prender aqui na apresentação que ele fez, mas vou, senhor Presidente, relativamente à Póvoa de Natal de 2018, colocar uma questão: as visitas ao castelo da Póvoa de Lanhoso, entre outros, senhor Presidente, em termos concretos qual o impacto económico, para o senhor dizer que teve um impacto positivo na vila da Póvoa de Lanhoso? É que nós não podemos ser só um local de passagem, senhor Presidente. Nós até podemos ter aumentado as visitas ao castelo, e eu vejo com bons olhos e felicito-o relativamente a essas visitas, mas somos só um local de passagem, senhor Presidente? Em termos concretos, em termos económicos, em termos de restauração, em termos hoteleiros, aumentámos ou não

aumentámos, senhor Presidente? Isso é que eu quero saber se é positivo, não para a Câmara Municipal em si, mas para os povoenses em concreto: se os restaurantes tiveram realmente um aumento de pessoas, se as unidades hoteleiras tiveram ou não aumento, isso é que eu quero saber, senhor Presidente. Porque dizer que teve impacto positivo, sim eu sei que teve impacto positivo, as pessoas participaram, mas e os comerciantes? Houve impacto positivo ou não houve, senhor Presidente? Relativamente a isso, era isso que eu queria que o senhor Presidente viesse aqui explicar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Pegando nas palavras de há pouco do senhor Presidente da Câmara, muito foi feito e com certeza muito haverá por fazer; contudo há, também, muito por fazer. Inteirados que estamos da atividade do município, através do atual resumo fornecido, cumpre-nos questionar o executivo, não sobre do que nele consta, mas sim sobre alguns temas, que entendemos importantes, e que dele não constam.

Consta, no documento, que a autarquia enfatiza no papel, a renovação do parque escolar, mas não consta que continua a esquecer no terreno a manutenção dos equipamentos públicos existentes, escolares e não só: basta para isso ver o estado dos centros educativos. Aliás, a autarquia enfatiza, no documento, a importância, como já foi agora referido, do castelo de Lanhoso na dinamização cultural e turística do concelho, apelidando-o de ex-libris, que efetivamente é; mas tem-se esquecido que, ao mesmo tempo, tem as únicas instalações sanitárias de apoio ao conjunto do monte do pilar num estado de degradação, o que não se coaduna com o ex-libris de um monumento nacional, é importante ter atenção a isto. Será que já desenvolveram, como aqui já foi proposto, um plano estratégico de manutenção dos equipamentos públicos? Ou continuam só a responder a situações emergentes?

Ainda nesta temática, consta que estamos na linha da frente dos municípios que assinam pactos, sendo, e passo a citar – “uma das poucas mais de duas dezenas de autarquias que aderiu ao pacto de conciliação” - iniciativa louvável por parte da autarquia. Porém, nada consta no documento que, como já há alguns meses a esta parte, o MAI tem vindo a alertar, somos uma das duas dezenas de autarquias do país que continuam sem plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. O senhor vereador referiu, há bocado, que estão a tratar, mas efetivamente desde 31 de janeiro que a última informação apresentada no site do ICNF, a única coisa que consta é que, da apreciação do dito instituto, o nosso plano foi reprovado no ano passado, a 22 de maio de 2018.

Colocam-se, assim, as seguintes questões, senhor Presidente: qual o motivo do chumbo? Pelo que disse o senhor vereador, não sei se será muito pertinente, mas contudo gostaríamos de saber. Mas o mais importante é saber se não existe trabalho realizado nesta matéria, daí para cá, para suprir as insuficiências do anterior plano, seja lá ele qual for, meritório de ser reportado a esta Assembleia, através do resumo da atividade do município.

Falando, ainda, de urgências e emergências, e esperemos que nada de mal ocorra, continua a nada constar no documento, em matéria de proteção civil, que é uma coisa lamentável, a proteção civil faz parte do resto, deve ser contemplado. É por isso, que é imperativo perguntar ao senhor Presidente, como responsável máximo da proteção civil concelhia: à data de hoje quantos edifícios, entenda-se equipamentos públicos, possuem medidas de autoproteção aprovadas pela ANPC e efetivamente implementadas no terreno? Só para, como se diz na gíria, saber a quantas andamos, em termos de proteção civil.

Depois, queria fazer só mais uma ressalvazinha, em relação ao desenvolvimento económico. Consta no documento que tivemos dois breakfast de cooperação empresarial. Que é como quem diz, dois pequenos-almoços de uma coisa esquisita que ninguém entende bem. Mas nada consta sobre a criação de um plano de ação da autarquia para a promoção de investimento. Aliás, há muito tempo que em concreto nada consta, nesta matéria, a não ser, de quando em vez, algum pedido a esta Assembleia, para isentar alguém do pagamento de qualquer coisa ao município, entendendo-se isso como apoio ao investimento. Entendemos que os empresários não precisam de cafés e bolachinhas, precisam é de medidas concretas e regras claras para poderem delinear as estratégias das suas empresas, ir a jogo e trazer prosperidade ao concelho. Fica, por isso, a sugestão ao executivo: promovam internamente um breakfast de ação onde materializem a vontade efetiva de começarem a produzir documentos importantes, como um guia do empreendedor ou do investidor, ou um código de apoio ao investimento com regras claras, definidas e com base de igualdade para todos. Enfim, coisas concretas, úteis, fáceis de implementar e sobretudo que produzam resultados palpáveis. E aqui está uma dica importante, se quiserem todos algumas referências, com provas de resultados dados, basta consultarem o portal Famalicão Made In; é urgente que o façam, é urgente que implementem coisas deste género. Obrigado, a todos.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Em relação às obras, realmente o Presidente da Junta da Póvoa de Lanhoso deve estar muito satisfeito, como disse. Mas há mais dez Presidentes de Junta que devem estar

satisfeitos, porque houve um investimento em dez freguesias do concelho. Posso-lhes dizer que é o maior investimento de sempre nessas freguesias, que foi de mais de quatro milhões de euros, e se formos somar os erros e omissões mais os trabalhos a mais, vai para quase cinco milhões. Porque realmente o investimento não foi só na Póvoa de Lanhoso Vila; foi na vila porque é uma zona urbana e o que podíamos investir nesse setor era só na Póvoa de Lanhoso, no setor urbano; o resto foi feito em dez freguesias e estamos a acabar o saneamento, e até aos fins de junho vamos acabar tudo o que está em candidatura em água. Portanto não é só a vila que tem obras, mas foram contempladas mais dez freguesias; isso quer dizer que, em dezassete meses foi o maior investimento de sempre, e maior investimento de sempre refiro em dez freguesias e na própria vila.

Em relação ao Natal e ao comércio, eu visitei todo o comércio antes e depois do Natal. Eu disse que toda a gente está satisfeita porque o volume do comércio aumentou, eu estive com eles, estive com os comerciantes. Por isso mesmo é que eu digo que eles estão satisfeitos. Em termos de hotelaria e de restauração, a mesma coisa: aumentaram as dormidas e aumentou a restauração, também. Não é só o castelo que está a trazer turistas; a própria Póvoa de Lanhoso, neste momento, está a ser visitada por turistas e por agentes que querem visitar a Póvoa de Lanhoso. Ainda aqui há dias tivemos uma reunião com empresários e jornalistas, brasileiros, que ficaram impressionados com o nosso potencial, em relação à restauração ficaram convencidos que houve um aumento. Em relação à hotelaria, que também visitámos, viram também que estava em crescimento. Em questão de património, ficaram admirados em como a Póvoa de Lanhoso, sendo um concelho de baixa densidade, tem um património tão rico como o nosso. Obrigado.”

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Só para responder ao Eng.º Pedro, relativamente ao desenvolvimento económico, nós não andamos a distribuir bolachinhas nem cafezinhos aos empresários; isto são ações que estão previstas no projeto ASA, que está a ser implementado também na Póvoa de Lanhoso e há um motivo para reunir os empresários: é um momento de partilha, é isso que acontece. E o desemprego na Póvoa de Lanhoso tem vindo a diminuir e temos solicitações de mais pavilhões para trazer empresas, por exemplo de Guimarães, para aqui. Um desses empresários esteve, precisamente, no chá, no café e nas bolachinhas. Portanto, é um momento de partilha em que as pessoas têm a oportunidade de visitar empresas do concelho, de falar das suas dificuldades ou dos seus anseios. Num desses pequenos-almoços, por exemplo, Mirão solicitou, as empresas que lá estão solicitaram fibra ótica, porque também têm vendas online, pelo menos uma das empresas, e que fazia falta; e em dezembro pedimos já a instalação da respetiva fibra ótica, para

responder às necessidades dos empresários. Portanto, era só para dar esta nota, muito obrigada.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente ao PMDFCI, e nós de facto já tivemos esta discussão várias vezes em anteriores assembleias municipais, nós, a Póvoa de Lanhoso e creio que era o município de Vizela, estamos a ter um tratamento diferenciado dos restantes municípios, falando aqui numa componente mais regional ou distrital, estamos a ter um tratamento diferente, devido à carta de perigosidade. Existiu esse diferendo entre o município e o ICNF, nós não concordámos com as regras que nos estavam a ser impostas em diferenciação com outros municípios, e como tal sempre insistimos naquilo que achávamos estar mais correto, que era a aprovação do PMDFCI com a carta de perigosidade da mesma forma que enviámos desta última vez. Nós voltamos a remeter o PMDFCI para o ICNF, foi entregue em mão em Braga no dia de ontem, ao final do dia, estamos constantemente a fazer correções, agora já de gramática, estamos a falar de pontos finais, estamos a falar até ao nível dos documentos de troca de caracteres de maiúsculas e de minúsculas, portanto estamos mesmo na fase final, cremos nós, para aprovar o PMDFCI, e esperamos que seja mesmo desta vez que isso aconteça. Nós não queremos ter um tratamento melhor do que qualquer outro município, queremos um tratamento igual, acho que é isso que deve ser feito e foi sempre por isso que, já o vereador Baptista, e o senhor Presidente, na altura, Baptista, lutou e é por isso mesmo, é dessa mesma forma que este executivo está a lidar com esta situação.

Quanto às medidas de autoproteção, nós ultimamente aprovámos as medidas de autoproteção do Teatro Club, anteriormente fizemo-lo também para a escola Gonçalo Sampaio, salvo erro, e temos feito sempre uma contínua atualização destas regras para os edifícios municipais. Estamos a trabalhar nesse sentido, para ter o máximo de edifícios com as normas aprovadas. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar do PS, Filipe Silva, para uma nova ronda de intervenções.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, eu queria colocar-lhe uma questão ou algumas questões, relativamente ao crescimento económico que o senhor anunciou. Eu gostava de saber se o senhor consegue quantificar esse crescimento económico da mesma forma que quantifica as visitas ao castelo e, já agora também, podia descrever que tipo de visitas temos no Castelo; porque, para mim, provavelmente uma boa percentagem refere-se, se

calhar, às escolas do concelho e etc. Mas, de qualquer forma, quantificar este crescimento económico, porque vir dizer que visita a restauração e que os restaurantes estão cheios e que estão todos contentes, eu também lhe dou alguns casos em que estão descontentes e que passaram um ano com um hóspede ou dois hóspedes durante o ano todo, e ao que temos assistido nos últimos anos são os hotéis e os hotéis rurais a fechar; e portanto a questão, estamos a gerir uma Câmara Municipal, não é propriamente uma conta de merceeiro – eu vir aqui dizer, eu vou ao restaurantes e estão cheios e falo com o proprietário e ele diz que está contente, não – nós ficamos felizes que esteja realmente este crescimento económico a acontecer, mas era preciso que o senhor informasse esta Assembleia com dados concretos que comprovam esse crescimento.

Relativamente à questão de uma comitiva de brasileiros, penso que foi assim que o senhor se referiu, que ficaram super-entusiasmados com a riqueza do nosso concelho, não está em causa a riqueza do nosso concelho, todos nós reconhecemos o potencial do nosso concelho, o que está em causa aqui é uma clara falta de estratégia para o turismo. Se eu lhe perguntar qual é a estratégia para o turismo, o senhor vai-me voltar a falar nas visitas ao Castelo, e não potenciamos aqui uma coisa que é muito importante: nós estamos estrategicamente bem localizados, nós estamos entre o Gerês, entre Braga e entre Guimarães, estamos no centro e estes concelhos aqui à volta, movimentam inúmeros, muitos, muitos turistas. Qual é a estratégia para nós conseguirmos captar isso para a Póvoa de Lanhoso? O que é que a Câmara Municipal faz, para que nós consigamos potenciar, também, esses visitantes de Braga, do Gerês de Guimarães? Não podem passar por aqui para irem para o Gerês; têm que parar aqui, e tem que haver uma estratégia que consiga implementar esta situação. Agora, o potencial todos nós reconhecemos, senhor Presidente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Não seria sensato, da minha parte, ouvir tudo o que se está a dizer em relação ao desenvolvimento económico e não vir cá dar o testemunho daquilo que já vivenciei nos breakfast da comunidade Social Angels. Eu estou inteirada de tudo o que aconteceu porque, felizmente, pude participar desde a primeira iniciativa e queria dar-vos conta de como tudo começou, e do reconhecimento que os outros municípios manifestaram, relativamente a essa iniciativa inovadora que a Póvoa de Lanhoso desenvolveu.

Há sensivelmente três, quatro anos, já posso dizer que são muitos anos, a Póvoa de Lanhoso decidiu unir, no setor agroflorestal, um conjunto de empreendedores que já estivessem implantados no terreno ou que tivessem a intenção de o fazer. Posso dizer-vos que foi nessa iniciativa que eu comecei a dar os primeiros passos no setor agrícola. E

posso-vos dizer, também, que foi através dessas iniciativas que os produtores locais começaram a conhecer e começaram a abrir portas, não só neste concelho mas também nos concelhos vizinhos. Foi, também, a partir dessas iniciativas que se quebraram gelos, que se criaram parcerias e, também, que se começaram a articular logísticas, mão-de-obra e todo o funcionamento das explorações agrícolas.

Portanto, ouvindo isto, eu quero dizer-vos que muitas vezes também é preciso dar a mão à palmatoria e reconhecer o que de bom se faz neste concelho, o que de bom permitiu alavancar os produtores e minimizar os custos, certo? Portanto, ouvindo o que aqui se falou, é importante, também, e pegando nas palavras do deputado Filipe Silva, termos uma postura diferente nestas assembleias: devemos criticar quando devemos criticar, mas também temos que reconhecer o que de bom se fez. Eu própria fui convidada para ir a outros concelhos falar desta experiência, que ficaram abismados, como é que um concelho rural teve a capacidade de implementar isto, aqui na Póvoa de Lanhoso. Um bem-haja a esta iniciativa.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa, informando que tinha apenas quarenta e poucos segundos.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Em função das intervenções que tenho ouvido, gostaria de perguntar aos senhores deputados, nomeadamente aos do partido socialista, se calhar não se lembram, provavelmente não estariam cá, como é que estavam os parques industriais do concelho da Póvoa de Lanhoso há 15 anos atrás? Eu não sei se têm conhecimento, mas, todos eles estavam praticamente desertos. Havia terrenos, havia parques, havia tudo, tudo às moscas. Vir aqui hoje e não reconhecer o extraordinário avanço que foi dado neste sentido, é uma manifesta falta de consciência, e acho que isso tem que ser referido aqui. Estão hoje todos cheios, não há lugar para mais ninguém, em Fonte Arcada estão a construir pavilhões com áreas na ordem dos 10.000 m², estão todos cheios, a PROZIS veio para a Póvoa de Lanhoso porquê? É honesto que se diga, que veio para a Póvoa de Lanhoso, porque o senhor Presidente, na altura Manuel Baptista, e o Presidente da Câmara atual, Avelino Silva, têm excelentes relações com o empresário e conseguiram trazer a empresa para aqui. Eu vou lá quase todos os dias e bem vejo a massa humana que lá trabalha. Se calhar vossas excelências não sabem ou não passam por lá, mas faziam bem passar por lá, senhores deputados.

E a Valerius, a Valerius veio para a Póvoa de Lanhoso porquê? Hoje é mais um edifício que está pronto para trabalhar e que as pessoas não estão a reconhecer. Eu compreendo que queiram os dados, se há mais refeições se há menos refeições, mas isso são aspetos tão miudinhos, tão miudinhos que acho que não faz muito sentido. Nós estamos numa Assembleia Municipal que trata de assuntos políticos e isso é que eu gostaria de vos ver

reconhecer aqui, ver se estamos ou não melhor em termos de indústria, se temos ou não temos menos de cerca de 30% de desemprego; isso para vocês não conta, para o partido socialista não conta. O que conta é se se come mais ou se se come menos, se há menos desempregados isso não conta.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, informou que se tinham esgotado os tempos de intervenções e concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Muito obrigado, os dois deputados do PSD acho que disseram tudo e de uma forma tão genuína que deu para demonstrar o que realmente temos feito pela Póvoa de Lanhoso. Baixamos o desemprego em cerca de 30%, mais concretamente em 31,11% em relação a dezembro de 2015, Póvoa de Lanhoso concelho. É verdade que tínhamos os parques todos desertos, todos desertos, todos, e conseguimos, em Fonte Arcada não há um m² por ocupar, em Mirão tivemos que fazer uma diligência junto do proprietário do resto de um loteamento para construir, e vai construir mais pavilhões. Estamos a tentar, junto de industriais, que se fixem na Póvoa de Lanhoso e temos mais surpresas daqui a alguns tempos. Mesmo em Monsul vão sediar-se algumas empresas que já pediram à Póvoa de Lanhoso, já pediram à Câmara Municipal licenciamento para tal. Por isso mesmo, eu penso, senhor Filipe Silva, cai por terra aquilo que você disse, porque realmente a Póvoa de Lanhoso está completamente diferente. E repare bem numa coisa, se você virar a página e for a cerca de 18 anos atrás, vê o que era a Póvoa de Lanhoso há 18 anos atrás ou 15 anos atrás e vê o que é hoje, e vê o que existe na Póvoa de Lanhoso. Em todas as áreas, pode ser na área económica pode ser em qualquer área. Eu vejo que a Póvoa de Lanhoso está totalmente diferente do que estava nos anos anteriores; só não reconhece isso quem estiver de má-fé. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva, iniciando a fase de pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Eu queria prestar um esclarecimento, porque efetivamente penso que não terei sido bem interpretado, o senhor deputado Amaro da Costa exaltou-se e não era necessário. Em momento algum, na minha intervenção, eu pus em causa seja o que for. O que eu pedi foi para o senhor Presidente da Câmara suportar as suas afirmações com dados concretos, como ainda fez há pouco. Há pouco fez-nos saber que baixou o desemprego em 31%, apresentou um dado concreto. É disto que eu falo, que apresente dados concretos, porque não chega vir cá e dizer que a economia sobe ou desce; eu não estou a

por em causa isso, o que eu lhe estou a pedir é que complemente essa informação com dados concretos, com números. Porque é tão honesto dizer que os parques estavam vazios e estão cheios e mais não sei o quê, como também é honesto dizer que o hotel da Póvoa fechou, que o hotel rural Vila Joaquina fechou, que o hotel Maria da Fonte passa por muitas dificuldades, que perdemos o ISAVE e muitas outras coisas que podia aqui enumerar. É tão honesto dizer uma coisa como dizer outra, e a única coisa que eu lhe pedi foi que suportasse a informação que der a esta Assembleia, porque isso é ser sério e honesto; que suportasse com dados, nada mais. Não pus em causa o que quer que seja. Estamos a crescer economicamente, maravilha, espetáculo, não nos custa dar a mão à palmatória. E como prova de que não nos custa dar a mão à palmatoria, se vocês fizerem o histórico das nossas votações aqui nesta Assembleia Municipal, e nas reuniões de Câmara, percebem que o partido socialista não tem problemas nenhuns em assumir o que está bem feito e em criticar o que está mal feito, e em dar a mão à palmatória quando temos que dar, e é só consultarem o histórico de todos os pontos que vocês trazem aqui, para provar isso. Se alguém tem preconceitos com aquilo que é o trabalho do partido socialista não somos nós; nós não vimos para aqui com preconceito logo à partida pela intervenção que eu fiz, nem votamos propostas favoravelmente ou contra, por preconceito por quem são apresentadas. É bom que se esclareça isso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso que, no uso da palavra, referiu:

“Um pedido de esclarecimento ao vereador André, que eu não percebi muito bem: diga-me só uma coisa, as medidas de autoproteção que se encontram aprovadas é do Theatro Club e da E,B 2,3 Gonçalo Sampaio, correto? Mas são estas que estão aprovadas ou há mais? Gostava que nos fizesse chegar depois essa informação.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, verificou que não havia mais pedidos de esclarecimento e que a Câmara Municipal não pretendia intervir, pelo que deu por terminado este ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Após um pequeno intervalo, o Presidente da Mesa de Assembleia, João Duque, retomou os trabalhos passando ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o relatório trimestral de informação orçamental do 3º**

trimestre – 2018, da EPAVE E.M., nos termos do dever de informação previsto na Lei 50/2012, de 31 de agosto. E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Da parte da Câmara Municipal, interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Uma brevíssima nota, pois o documento é técnico e objetivo. A execução do terceiro trimestre está em linha com o esperado para este período do ano. A receita está executada com números elevados, mas resulta de reembolsos submetidos, referentes a anos anteriores, conforme explicitado no documento. A execução de 60% da despesa é normal para o período em análise.

Partilhar, ainda, uma informação relativa à comparticipação nacional das candidaturas da formação. Perante a ausência da resposta do Governo, e de não termos solução consensual e definitiva dos contactos que temos realizado, decidimos solicitar a intervenção da Associação Nacional de Municípios, que também aguarda o agendamento de uma reunião com o Governo, e solicitar uma nova opinião técnica e jurídica no sentido de encontrar uma solução para este diferendo. Teremos que testar os debates, técnica e juridicamente, conscientes de que não podemos adiar por muito mais tempo este assunto. No essencial, que é o serviço da educação e da formação que a escola presta, não há qualquer problema, o que a todos nos deve tranquilizar. O resto são questões normais de gestão. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de começar a minha intervenção, gostava, também, de dar as boas vindas ao novo elemento do executivo municipal, e dizer-lhe o seguinte: tem à sua frente um cargo de grande responsabilidade e de extrema exigência, não é um trabalho normal, é um trabalho que é direcionado para o serviço público. E esperamos, muito sinceramente, que este seja o princípio que norteie a sua ação; não se esqueça que a forma como pensa e o trabalho que desenvolve tem um impacto direto na vida das pessoas. Desejamos-lhe, muito sinceramente, um bom mandato.

Senhor Presidente, gostava de manifestar a nossa incompreensão quanto ao facto de estarmos em fevereiro de 2019 a analisar a execução orçamental da EPAVE relativa ao terceiro trimestre de 2018. Não faz qualquer sentido, e por uma questão de transparência, deveriam juntar o balancete final de 2018, que nesta altura já deve estar disponível.

A retirar das contas, há um facto a salientar: não receberam os 15% relativos à participação nacional e tal é, do nosso ponto de vista, dívida da Câmara Municipal, pois é o único acionista da escola. Ora, mesmo que se verifique, na atualidade, um diferendo com o Estado central, e na medida em que os municípios reclamam que seja o Estado central a responsabilizar-se por esta participação, a verdade é que até à resolução do diferendo tem de ser a Câmara Municipal a assegurar esta participação. O problema é que a Câmara Municipal tem um défice orçamental primário no orçamento para 2019, agravado face a 2018. Ou seja, as receitas de exploração não cobrem as despesas de exploração e só consegue suportar os 15% de investimentos, ou seja, a participação nacional, com recurso ao endividamento. De que forma é que a EPAVE vai assegurar a contrapartida nacional, vão recorrer ao crédito? Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Como ponto prévio, porque há pouco esqueci-me e não tive oportunidade, permita-me informar senhor Presidente, que pedirei o processo relativo à obra na Praça Eng.º Armando Rodrigues, para percebermos onde está incluída a ponte a que nos referimos há bocado, e em que termos é que foi aprovada.

Relativamente ao ponto em questão, a senhora deputada do MAI tirou-me aqui alguma margem, e portanto, vou só colocar aqui uma questão e perguntar aqui à Câmara Municipal em que situação se encontra esta questão da contrapartida pública nacional, que no caso são 15% do orçamento da EPAVE, e que no entendimento do Governo, deverá ser a Câmara Municipal a assumir, no nosso entendimento também. Em que montante se encontra neste momento o valor a pagar e de que forma pensa a Câmara cumprir com essa obrigação, caso venha a concluir que terá que ser mesmo a Câmara a pagar. E em que ponto está, também, o contrato de arrendamento das instalações da EPAVE. Obrigado.”

Depois, o Presidente da mesa da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e concedeu novamente a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu acho que respondi às vossas questões na introdução que fiz relativamente ao que temos feito e à participação pública nacional. São apenas cinco escolas no país, estamos a atuar em conjunto, temos solicitado reuniões aos senhores ministros que

tutelam esta pasta. A escola profissional tem sido sempre financiada a 100%, não entendemos que as câmaras tenham que financiar os cursos profissionais aprovados pelo Ministério da Educação, via DGESTE e que são articulados na CIM através do SANQ - Sistema Avançado de Necessidades de Qualificação - que fazemos anualmente junto das empresas e já envolvemos a Associação Nacional de Municípios, porque também se somos sócios é para alguma coisa, que também pediu uma reunião, desta vez, para o Ministro das Autarquias Locais; também aguarda que seja agendada reunião e, como eu disse, também não podemos adiar por muito mais tempo isto, mas temos que estar técnica e juridicamente “calçados” para avançar com soluções, porque a Lei 5, também proíbe a transferência de verbas para a escola, e por isso não podemos fazer transferência de subsídios à exploração à escola. Portanto, há legislação que é contraditória uma da outra, e estamos à procura da melhor solução para esta questão.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado este ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o relatório trimestral de informação orçamental do 3º trimestre – 2018, da EPAVE E.M., nos termos do dever de informação previsto na Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal, em salvaguarda do previsto no n.º 2, do artigo 51.º da lei 73/2013, de 03 de setembro, discussão e autorização prévia da contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de investimentos nas Freguesias no valor de até 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros).** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Apenas para informar que este empréstimo de 1.100.000,00€ é para abranger as freguesias que não estavam contempladas no anterior empréstimo, e que ficam agora contempladas neste mesmo. Portanto é 1.100.000,00€ que necessitamos para fazer obras nas restantes freguesias.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Da análise a este ponto fica bem patente a vontade do executivo em honrar os compromissos assumidos com os seus Presidentes de Junta e com as suas freguesias. É uma proposta que vai de encontro à estratégia de coesão territorial, distribuindo os investimentos pelo concelho. Fica, também, aqui demonstrado que a estratégia de investimento não passa apenas pela Vila, ao contrário do que algumas pessoas tentaram fazer crer, inclusive nesta sessão da Assembleia Municipal.

Entendemos que esta maioria cumpre, assim, os compromissos assumidos com os povoenses, por tudo isto votaremos, naturalmente, a favor da proposta apresentada. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PS, Manuel Sousa.

Interveio o deputado Manuel Sousa, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de iniciar aqui a minha exposição, quero, também, felicitar o João, que é meu conterrâneo, e desejar que, de facto, faça um mandato extraordinário, para bem de todos nós e sobretudo dos povoenses. E já agora, uma recomendação, toda a gente lhe conhece a sua militância; mas que, a partir de agora, a suavize e seja mais consensual.

Vem a Câmara Municipal solicitar a esta Assembleia a aprovação de um novo empréstimo, a médio e a longo prazo, para investimentos a realizar nas freguesias do concelho. Tais investimentos têm por objetivo o desenvolvimento de melhores condições de vida e sobretudo, melhoria das acessibilidades. nenhuns dos empreendimentos elencados na lista, apresentada pela Câmara, orçam valores exorbitantes. Na maior parte das situações são obras de pequena envergadura, algumas certamente correspondem a solicitações daqueles que representam as freguesias deste órgão, outras, não obstante, foram colocadas à frente de outras prioridades que os senhores Presidentes de Junta, certamente, gostariam de ver satisfeitas, em que a vontade do executivo camarário fez valer a sua decisão.

Ainda assim, não colocaremos objeção a que se proceda a obras, inclusive aquelas que agora são anunciadas, pois melhorar as condições de vida das nossas freguesias mais rurais é, com certeza, um meio para evitar o crescente abandono das aldeias, sobretudo das mais afastadas e com um traço mais vincado de ruralidade. Ainda assim, note-se que os investimentos feitos não obedecem a um plano orientador, tudo se faz a pedido ou au sabor da corrente. A uma Câmara não basta lançar obra, impõe-se que os recursos económicos despendidos tenham em consideração uma ideia para o concelho, que o torne mais competitivo, mais moderno, mais humanizado, sem descurar a sua identidade geográfica e cultural.

Não obstante aceitarmos este esforço financeiro, não deixamos de manifestar alguma preocupação com o facto de, até para pequenos investimentos, a nossa autarquia não

prescindir recorrer a crédito, protelando liquidação para mas adiante, quem sabe com outros protagonistas. Fica a saber-se que os investimentos no nosso concelho só são possíveis, não suportados por receitas próprias, mas à boleia de fundos comunitários, lá terá que ser, com recurso ao crédito bancário. Ao ritmo dos pedidos de empréstimo que a esta assembleia nos foram trazidos, começaremos a temer pela sustentabilidade financeira do município. Não tardará muito que as receitas próprias se dissipem na despesa corrente e no cumprimento das obrigações com juros. Começa a ser evidente o desequilíbrio entre as receitas próprias e as que tem direito do orçamento de Estado e as despesas correntes, que têm aumentado de forma visível com o quadro de pessoal crescente e no assumir de novas valências. Assim, manda a prudência que se pense enquanto é tempo no que pode ou não sustentar-se com os recursos do concelho. Não sou apologista de que a Câmara chame a si funções que poderiam até ser assumidas por entidades privadas.

Para concluir, sabendo que o destino dos valores do empréstimo tem como objetivo melhorar as condições de vida dos povoenses que vivem nas nossas freguesias, e tendo em linha de conta uma proporcionalidade tão desfavorável às freguesias, em relação aos investimentos realizados na sede da vila, não podemos deixar de votar favoravelmente este pedido. Tenho dito.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, vossa excelência acabou de justificar, laconicamente, a proposta de financiamento que é muito importante, com o argumento de que este empréstimo é para fazer face a obras que não foram contempladas no empréstimo anterior. Significa que não estamos a falar de um empréstimo, em termos rigorosos: isto é uma contratualização de um financiamento que tem a sua implicação e a taxa de juro efetiva e o seu custo, significa que voltamos aqui a apreciar um pedido de autorização prévia de empréstimo, como o senhor referiu. E um empréstimo que é para investimento corrente, não é para investimento de capital, um empréstimo que é, na maior parte destes investimentos – salvaguardando o centro cívico da Esperança; a requalificação do Bairro Nossa Senhora da Misericórdia; a requalificação do centro cívico da freguesia de Lanhoso; a construção de um novo arruamento de ligação à vila, de Galegos – para requalificação de vias ou ruas. Portanto, para investimentos correntes – senhor Presidente da Câmara, não se distraia – que não têm uma vida útil de longo prazo. Significa que podemos estar a criar uma situação de risco de estar a fazer novas intervenções nestas requalificações – que é um eufemismo técnico, para dizer arranjos, melhoramentos, pavimentos – ainda antes da satisfação da amortização do pagamento

integral do empréstimo. Evidentemente, que fique já claro, que nós estamos de acordo e estamos satisfeitos por lançarem obras que não foram atempadamente programadas, ficamos contentes com isso, não é uma questão, portanto, de honrar a palavra, que isso nem se poem, é um dever, o compromisso político é um dever. Por isso não se poem em causa votarmos contra a questão do empréstimo; o que está aqui a ser colocado é que só se recorre a empréstimos para fazer obra de requalificação, porque não se tem as contas municipais devidamente equilibradas.

Já aqui a deputada do MAI disse, na anterior intervenção, que o problema é aquilo que nós já anunciámos há um ano atrás, na apreciação do orçamento para 2018, e há menos de dois meses, em 30 de novembro na apreciação do orçamento para 2019, que se verifica que há uma grande disparidade entre as despesas correntes e as receitas correntes, com um agravamento de quatrocentos mil euros no orçamento de 2018 face a 2017, e de um milhão e meio de euros de 2019 face a 2018. E esta situação, que nós anunciámos na altura, e que se demonstra agora claro, senhor Presidente da Junta de Verim, na altura disse-lhe que não era um orçamento das nossas necessidades e das nossas realidades, torna-se agora claro que não era um aumento de dívida provisional, como eu disse, mas um aumento de dívida real. E é esta situação de desequilíbrio financeiro que nos preocupa, senhor Presidente.

Por isso, duas questões, para deixar ao senhor Presidente para nos responder, com a sua benevolência, senhor Presidente da Assembleia. Quais são as obras, neste mandato de um ano e quatro meses, que o seu executivo fez sem recurso a empréstimo, sem recurso a investimento bancário, ou sem recurso à participação dos fundos comunitários? Que obras é que fizeram, em que não tiveram o recurso a empréstimos?

Mais, na sequência da intervenção anterior do meu colega deputado, estamos a falar de obras na orla de trinta mil euros, quarenta mil euros, cinquenta mil euros: não há uma que consiga fazer com capitais próprios da Câmara Municipal?

E finalmente, senhor Presidente, esta pergunta, é verdade e isto me espanta, só uma última pergunta, este será o último empréstimo para investimentos correntes que vai fazer no mandato, sendo que ainda faltam dois anos e oito meses?”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: “As contas não estão assim tão desequilibradas, senão não tínhamos diminuído duzentos mil euros na dívida, no global diminuiu cerca de duzentos mil euros. O que eu queria perguntar, a todos os Presidentes de Junta que estão cá, é se realmente estão contra isto, porque realmente todos eles, todos eles sem exceção, aprovaram e pediram-me estas obras, sem exceção. Todos eles, sem exceção, haja um deles que diga que nestes quatro anos não pediu estas obras que estão aqui neste orçamento.

E para responder ao senhor deputado, eu posso-lhe dizer que, no investimento que nós tivemos em água e saneamento, tivemos que executar os ramais, que não são comparticipados: isto é uma despesa diretamente da Câmara. Os coletores também não são, é diretamente da Câmara; erros e omissões são diretamente da Câmara; trabalhos a mais são diretamente da Câmara. Posso-lhe dizer, este investimento perfaz seiscentos, para já, seiscentos e dezoito mil euros. Outro investimento, da escola Gonçalo Sampaio, está previsto, senhor deputado, investir lá, com recursos próprios, quinhentos mil euros; isto perfaz um milhão e cem mil euros. É por isso que nós, recorreremos a este crédito, se não fosse isso, se não tivéssemos o investimento de catorze milhões de euros em 17 meses – e isto está previsto na lei, os erros e omissões, e que já gastamos, até este momento, em água e saneamento, 618 mil euros, e que está previsto gastar na escola básica, mais 500 mil euros – nós não precisávamos de executar este empréstimo, porque o temos, porque tínhamos receita própria para o fazer. Agora, se me pergunta se para o ano vou fazer novo empréstimo: se for necessário eu vou fazer, desde que eu veja, o executivo veja que é viável fazer esse empréstimo. Porque primeiro está o meu concelho, desde que realmente as contas estejam equilibradas, que neste momento estão equilibradas, mesmo com este investimento que é um investimento nunca visto na Póvoa de Lanhoso, em 17 meses, continuo a dizer que são 14 milhões de euros, e que posso-lhe dizer que estão mais duas candidaturas aprovadas. E ainda bem que esta semana foram mais duas candidaturas aprovadas, e vamos tentar tudo o que for possível, vamos tentar candidatar, para que realmente o nosso concelho progrida, e está a progredir e eu sinto-me muito feliz por sentir o meu concelho a progredir. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu venho aqui só para, no seguimento das intervenções do senhor deputado Manuel Sousa... algumas coisas o senhor Presidente da Câmara já foi dizendo, mas refere aí que são feitos investimentos sem regras. eu gostava de saber o que dizem as freguesias a este tipo de afirmação. Será que estes investimentos nas nossas freguesias são feitos sem regras?

E depois, senhor deputado, o senhor deputado diz que teme pela sustentabilidade financeira do município. Senhor deputado, eu temia pela sustentabilidade financeira do município em 2004, quando a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso devia mais de dez milhões de euros. Quando o executivo do PSD tomou posse, herdou uma dívida superior a dez milhões, havia até quem disse-se que chegava a 13, mas não chegava, certa eram 10 milhões e tal. Hoje, senhor deputado, a 23/11/2018, a dívida do município não chega a seis milhões. Portanto, vir preocupado com a sustentabilidade financeira hoje, não

estando preocupado há 14 anos atrás, não bate muito bem a cara com a careta, e portanto, eu tinha que fazer aqui esta minha apreciação.

Depois, também, creio que devo dizer, não só ao senhor deputado como também ao senhor deputado Rui Rebelo, que não é sério vir aqui dizer que se trata de pequenos investimentos de 30, 40, 50 mil euros; o que se trata aqui é de um investimento de um milhão e cem mil euros, ou seja, é evidente que são pequenos investimentos, que todos agrupados dão um investimento maior, mas se precisamos de fazer estas obras todas não iríamos só fazer uma obra de 30 mil, e se calhar nem precisaríamos de recorrer ao financiamento bancário. Assim como, também, temos que ter em atenção que, para termos financiamentos de 14 milhões de euros no nosso orçamento, nomeadamente de fundos comunitários, a Câmara Municipal tem que ter a sua parte, tem que ter dinheiro; é evidente, vai-nos falhar para as outras obras, mas quando optamos por fazer investimentos dessa monta, sabíamos aquilo com que iríamos contar. Sabíamos que, possivelmente, o dinheiro que íamos investir, os nossos 15%, iam-nos falhar para outras necessidades. Portanto, temos que fazer as contas contando também com isso, se temos que investir a nossa parte, porque que agora iríamos ter problemas. Temos de facto, como diz o senhor Presidente e muito bem, se de facto é preciso criar endividamento para dar melhores condições de vida às nossas populações, eu não vejo porque não.

Aliás, neste aspeto eu defendo hoje, como defendi no passado, aquilo que o partido socialista aqui sempre defendeu, nas assembleias municipais – se forem ver as atas dos anos anteriores, poderão ver de facto, era até voz corrente – “venha a dívida, nós cá estaremos aqui depois para a pagar”. Agora, o que temos é que, de facto, criar boas condições para as populações do nosso concelho, e era isso que eu gostava de deixar aqui referido.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, deu início ao período de pedidos de esclarecimentos concedendo a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente, evidentemente que nós não colocamos em questão a necessidade destas obras. O senhor ainda agora falou das obras de alargamento da rede de água e saneamento, obras importantes, são obras novas, estas obras são obras de requalificação e por isso é que são investimentos correntes, e por isso é que nós questionamos – sabe senhor deputado, isso é economia básica, são investimentos correntes, são de requalificação senhora vereadora – se são de requalificação como é que se tem de recorrer a empréstimo? Não está em causa as obras, até há aqui outras obras que podiam ser prioritárias, senhor Presidente, e isso eu saúdo, mas há outras obras que podiam ser. Estou-me a lembrar, por ver ali o Presidente da Junta de freguesia de Garfe, uma que eu faço muito, porque depois da alteração do mapa judiciário tenho

que ir muitas vezes a Guimarães fazer julgamentos: a antiga estrada nacional Póvoa-Garfe-São Torcato-Guimarães, precisava de uma intervenção de Garfe até Gonça, porque vejam como é que está a situação de Guimarães: nisso estamos de acordo, mas com receitas de capital próprias, são obras de requalificação. Portanto, quando eu falei, de forma séria – não me interprete mal senhor deputado, porque não é a primeira vez que o faz – há obras de 30 mil euros, não há uma que se consiga fazer com receitas próprias, é preciso fazer um empréstimo? Porque estamos a desequilibrar financeiramente isto; não é verdade que a dívida esteja em 6 milhões, vamos ver em abril. Sendo certo que a dívida não entra para o endividamento legal, muitas dívidas a terceiros que nesta nem estão contempladas... mas vamos ver que já está na ordem dos 8 milhões. É engraçado que lembrou 2004. A última imagem de bonomia, positiva, que eu tenho do saudoso Manuel Baptista. Foi no 25 de setembro, na homenagem que se lhe fez, muito justamente e muito bonita, ele recordava o seguinte: “quando cheguei ao município tive que por as contas em dia” – dizia ele assim de uma maneira mais ao menos solta, bonacheirão mas com interesse, dizia – “eu tive que por as contas em dia, para poder ter autonomia financeira e poder fazer obras de investimento”. É exatamente o que não se está a fazer neste início de mandato, senhor Presidente, isto é com seriedade que lhe digo. Porque na altura o Presidente Manuel Baptista tinha um grande assessor económico que é hoje o atual Presidente da Câmara de Braga; eu não sei quem é o seu assessor económico, mas esta chamada de atenção de grave situação de desequilíbrio financeiro é exatamente para o senhor se reunir com o seu conselheiro económico e ver que estamos a criar aqui uma situação de desequilíbrio, que pode, a prazo, por em causa o bom final do seu mandato, de uma maneira penosa e de uma maneira fastidiosa para os povoenses, de não terem as obras necessárias e que o senhor tem a vontade de realizar. É só esta chamada de atenção que lhe queríamos fazer. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Eu queria aqui só prestar um pequeno esclarecimento: primeiro, dizer ao senhor Presidente de Câmara, e também ao senhor deputado Luís Amaro da Costa, pois usaram os dois o mesmo termo, e eu não acho correto cada vez que se fale nas obras nas freguesias, que o senhor pergunte aos Presidentes de Junta se estão de acordo ou se não estão contra as obras. Acho que, por falar em seriedade, é pouco sério fazer-se isso, porque obviamente os senhores Presidentes de Junta querem obra para as suas freguesias; obviamente que nós também queremos as obras para as nossas freguesias. Assim como também é pouco sério pegar nas intervenções dos outros e distorce-las, apontando apenas aquilo que quer, como fez referência agora aqui – não precisa

certamente de um advogado de defesa – mas como fez referência o senhor deputado Rui Rebelo.

Relativamente à dívida, pensamos exatamente o mesmo; a dívida de 6 milhões, vamos lá ver se ela é efetivamente de 6 milhões. Mas queria recordá-lo, também, que em 93, quando o partido socialista ganhou a Câmara, havia também uma dívida de 6 milhões que aqui herdamos, e portanto é preciso também aqui fazer referência a esses aspetos e não recordar só aquilo que interessa. Em 93, cerca de cinco milhões.

Relativamente, também, às defesas que o senhor faz e à coerência das suas defesas, que sempre defendeu da mesma forma, nem sempre defendeu todos os pontos da mesma forma, nem sempre defendeu todos os assuntos da mesma forma, há aí alguns assuntos que defendeu de uma forma e depois passou a defender de outra. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Eu gostava de lembrar também que, no ano passado, pagámos dois milhões de euros de receitas próprias, dos protocolos dos anos anteriores, portanto no ano passado gastámos dois milhões e meio de euros com receitas próprias para pagar obras que foram feitas nas freguesias em 2017. E ainda mais, ainda estamos a pagar os empréstimos de décadas, e um deles, o do saneamento financeiro, sabem perfeitamente disso. Este ano, por aquilo que já disse, já vamos em um milhão e cem mil.

Eu posso-lhe dizer que temos informações de que estamos num bom caminho em termos financeiros, senão nós, de certeza absoluta, que tudo o que está a ser feito, neste momento, não o faríamos. Eu não posso, de maneira nenhuma, ter candidaturas e não as submeter, desde que seja para o meu concelho. Porque numa candidatura há uma parte que eu tenho que pagar. Tudo isto parte de uma candidatura, este défice não passa de uma candidatura, estes um milhão e cem mil são de duas candidaturas, uma de água e saneamento seiscentos mil euros e meio milhão de euros que é da escola, são de candidaturas, são erros e omissões e trabalhos a mais. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, deu por terminadas as intervenções e colocou o ponto à votação do plenário. E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo, para que lesse uma declaração de voto.

Interveio o deputado Rui Rebelo fez a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) vem fazer constar da Ata da sessão plenária ordinária da Assembleia Municipal da Póvoa de

Lanhoso, nesta data realizada, a sua declaração de voto referente ao ponto três da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.º – Considerando que o Executivo Municipal apresenta mais uma proposta de autorização prévia de contratualização de empréstimo, neste caso para, e citamos, “financiamento de investimentos nas freguesias, no valor de até 1.100.000,00€”;

2.º – Considerando, como se depreende da respetiva motivação, que as obras em causa são investimentos correntes e a maior parte desses investimentos não parece ter uma vida útil de longo prazo, porquanto, com exceção do Centro Cívico da Esperança e do novo arruamento da ligação à Vila na Freguesia de Galegos, tudo o resto são requalificações, ou, se declinarmos o eufemismo técnico, restauros e melhoramentos, máxime de vias e de ruas;

3.º – Observando que apesar das aludidas limitações do nosso Município para empreender tal “esforço financeiro”, a verdade é que num município com contas equilibradas estes investimentos deveriam ser concretizados com capitais próprios, algo que manifestamente não é exequível com esta Câmara Municipal em razão das dificuldades financeiras que já se constata e a condicionam na ação empreendedora;

4.º – Considerando que em conformidade com o princípio da boa governação – cujo fim é o de assegurar níveis acrescidos de bem-estar dos Povoenses, conjugando o desenvolvimento social e a sustentabilidade económica com base nos princípios do rigor, responsabilidade e transparência –, o recurso a contração de empréstimos apenas deveria ser compaginável e justificável para obras novas;

5.º – Atendendo ao que vem exposto e ainda à avaliação crítica que fizemos do Orçamento para 2019 na reunião da Assembleia Municipal de 30 de novembro passado, parece-nos ser legítimo retirar conclusões significativas, como sejam:

a) Mostra-se claro o que dissemos na análise do Orçamento, mormente em relação a um endividamento que já começa a ser excessivo e complexo para a gestão, assim como quanto à situação de desequilíbrio financeiro da Edilidade;

b) Como referimos na citada análise orçamental, a situação problemática resulta da Câmara Municipal apresentar um deficit orçamental primário e agravado face ao ano 2018, patente no facto das receitas de exploração não cobrirem as despesas de exploração (de cerca -500.000€ em 2018, para cerca de -1.400.000€ em 2019), e no facto de só conseguir suportar a comparticipação dos investimentos que compete ao Município com recurso a endividamento;

c) Ora, o presente pedido de autorização de empréstimo vai, obviamente, agravar ainda mais a complicada situação de endividamento;

Nesta lógica, mas tendo em consideração o facto de se tratar de um empréstimo cujo objetivo é financiar obras nas freguesias e, ainda, na convicção de que o empréstimo em concreto porventura beneficiará de uma taxa de juro e um prazo de vencimento adequados à natureza das operações que se visa financiar, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI abstém-se no ponto deliberativo em questão.

Conquanto não vote contra, por entender serem obras essenciais para o Concelho e respetivas populações, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI deixa bem vincado que a presente abstenção constitui uma chamada de atenção para a preocupante situação financeira da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Feita nos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso, 22 de fevereiro de 2019.

Pe' O Grupo Parlamentar Municipal do MAI."

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 38 votos a favor e 3 votos de abstenção, a proposta da Câmara Municipal, em salvaguarda do previsto no n.º 2, do artigo 51.º da lei 73/2013, de 03 de setembro, discussão e autorização prévia da contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de investimentos nas Freguesias no valor de até 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros).

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, passou ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para a 1ª alteração ao mapa de pessoal 2019.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

"A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas determina que devemos planear, em cada exercício orçamental, as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis. Mais se determina que este planeamento deve incluir, portanto, e entre outros documentos de planeamento, o mapa de pessoal, refletindo os recursos humanos necessários e ajustados a uma determinada missão da Câmara Municipal.

Acontece que o mapa de pessoal acompanha os documentos do orçamento e são apresentados ao órgão deliberativo em sessão ordinária de novembro, sendo elaborado com base em pressupostos de contexto à altura. Referimo-nos, por exemplo, ao orçamento de Estado, que foi publicado em dezembro, e à legislação adstrita à descentralização de competências, que começou a ser publicada em novembro. E relativamente a esta matéria, previa-se que estes diplomas setoriais definissem em concreto o processo de transferência, concretizando a matéria alvo de descentralização e a forma de afetação dos respetivos recursos. Não foi isto que aconteceu, e por esse motivo decidiu o município da Póvoa de Lanhoso adiar o processo de aceitação da descentralização de competências, com a certeza, porém, de que será um mero adiamento.

Apresentaram-nos legislação abstrata, com falta de legislação ao nível de identificação concreta do que se pretende transferir e, acima de tudo, sem darem a conhecer aos municípios qual o envelope financeiro que acompanha este processo de descentralização. Ademais, a previsão da necessária deliberação, por parte dos órgãos deliberativos, a fixação da data de produção dos efeitos de cada um dos diplomas, bem como a sua concretização efetiva, pressupôs a promoção de reflexões internas sobre ajustamentos à estrutura do município, bem como à capacitação dos recursos humanos existentes, e em termos de recursos humanos que serão necessários para, a médio prazo, fazer face aos desafios que se avizinham.

A proposta de transferência de competências decorrida até à data para os municípios abrange diversos domínios de atuação por todos conhecidos e em 30 de janeiro saíram mais dois diplomas setoriais, o da educação e o da saúde. A matéria da descentralização envolve transferência de competências setoriais, realização de tarefas de gestão e administração de recursos e/ou de equipamentos, uma série de ações que exigem da nossa parte uma preparação antecipada, que se prevê sistematizada e se deseja consciente.

Mas o presente aditamento não está apenas associado à descentralização; sem o descurar, naturalmente, trata-se acima de tudo de um ato de gestão. Não podemos esquecer que adquirimos mais equipamentos e que prestamos cada vez mais serviços. Não podemos esquecer a possibilidade, recentemente estabelecida por via legislativa, dos acordos de pré-reforma e as baixas médicas de média e longa duração existentes. Somos um município solidário no âmbito das vítimas da violência doméstica, apostamos cada vez mais em políticas na área de conciliação da vida profissional, pessoal e profissional. Temos cada vez mais serviços certificados, vamos ter que criar um Gabinete de regeneração urbana, e a legislação é cada vez mais exigente, relativamente à especialização e capacitação das estruturas e dos recursos.

Por todo o exposto, propomos, a esta data, o primeiro aditamento ao mapa de pessoal que entendemos que deva ser um documento planeado, mas dinâmico, tendo em conta os sucessivos diplomas legais avulsos que vão sendo publicados e o aumento dos serviços prestados. Em síntese, se antes era possível planear a um, a dois anos, hoje as dinâmicas são outras, pelo que o mapa de pessoal e até a organização dos serviços obriga-nos a planear e adaptarmos mais do que uma vez por ano. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente, este executivo não para de nos surpreender. Aprovamos o mapa de pessoal para 2019, há dois meses; recusamos a transferência de competências há dias, e a Câmara Municipal traz, à primeira Assembleia Ordinária do ano, uma proposta de

alteração ao mapa de pessoal, fundamentada numa descentralização de competências que recusou, repito, que recusou, e uma necessidade interna de reflexão sobre as necessidades de recrutamento que não fez. Mais, os postos de trabalho agora previstos correspondem a tarefas e funções já existentes: estamos a falar sobretudo de assistentes operacionais, mais seis, um tratorista e assistente pessoal para a recolha do lixo, e de assistentes técnicos, mais quatro, pessoal para o prolongamento temporário de apoio às escolas, ao todo estamos a falar de mais catorze postos de trabalho, sendo que destes, só três são técnicos superiores. O número, agora proposto para os postos de trabalho a recrutar, corresponde a 22,5% dos postos de trabalho ocupados, representa quase ¼ dos trabalhadores da autarquia e significa um aumento de mais de 42% face ao mapa aprovado em novembro de 2018. A rubrica dos recursos humanos representa um encargo permanente para a autarquia, e consumia já em 2018 23,4% do orçamento da Câmara Municipal. Esta proposta da Câmara Municipal revela uma total ausência de capacidade de planeamento, que a nosso ver é assustadora, porque é reveladora de uma gestão à deriva, e esta gestão à deriva tem consequências. Até para as obras de requalificação é necessário recorrer ao crédito bancário, por outras palavras, até para tapar buracos temos que pedir crédito. Impõem-se questionar qual é a verdadeira razão desta alteração. Muito obrigada.”

Depois, o presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente ao ponto quatro, que é a proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao mapa de pessoal para 2019, após análise dos documentos, aliados aos respetivos esclarecimentos, a bancada do PSD encontra-se inteiramente esclarecida do mesmo. Registamos esta necessidade, pois demonstra um ato de boa gestão, preparando o seu mapa de pessoal atempadamente para competências e serviços que possam vir pela frente.

Esta alteração vai de encontro às necessidades presentes e futuras, permitindo assim mais recursos e mais serviços, dotando assim o município para um modelo de competências capaz e eficaz. Hoje, cada vez mais, os planos não são fixos, são evolutivos. Com esta alteração o município está a preparar o futuro, assim a bancada do PSD irá votar favoravelmente esta proposta de alteração. Muito obrigado a todos.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Tendo em consideração que o mapa de pessoal foi aprovado a 30 de novembro, portanto, há cerca de dois meses, o início da discussão de descentralização de competências, que pelos vistos e apesar da Câmara Municipal ter recusado todas as competências, parece ser considerado para esta alteração do mapa, foi bem anterior à aprovação do mapa de pessoal. Se acrescentarmos a isto outras questões já mencionadas, como o facto de trazerem cá propostas, de aprovarem propostas, e depois não darem seguimento às mesmas propostas que vocês aqui trouxeram, e aprovaram, a ideia que fica é que, efetivamente, que a capacidade de planeamento deste executivo é, no mínimo, muito curta se não mesmo inexistente. E, por consequência, a gestão do município continua assente em medidas e decisões tomadas ao sabor do vento e em cima do joelho. Posto isto, o partido socialista irá abster-se nesta votação.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Da parte da câmara Municipal, interveio novamente a vereadora Gabriela Fonseca que, no uso da palavra, referiu:

“Só para responder à senhora deputada Carla, dizer que em 13 anos de exercício de poder autárquico, nunca tivemos necessidade de recorrer ao crédito para saneamento financeiro.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho que, no uso da palavra, referiu:

“Senhora vereadora, eu não falei em saneamento financeiro. Nós estamos a falar do mapa de pessoal. E aquilo que eu disse e deixei bem claro é que a justificação que utilizou não tem nada que ver com a proposta que apresentam. Porque as pessoas que vão ser contratadas, as pessoas que tem aqui identificadas para serem contratadas não têm que ver com as novas funções. E as necessidades destas pessoas, que estão aqui previstas para serem contratadas, já existiam em novembro de 2018. É dessa questão que se trata. Apresentar à Assembleia Municipal uma proposta de alteração baseada numa descentralização de competências que foi recusada há 15 dias, e basear essa proposta numa reflexão sobre os recursos humanos, que não fizeram, na minha opinião, é no mínimo desonesto.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia confirmou que não haviam mais pedidos de intervenção, e concedeu a palavra à vereadora Gabriela Fonseca para resposta.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca que, no uso da palavra, referiu:

“ Quer-me parecer que não prestou atenção à introdução do ponto: não foi baseada apenas na delegação de competências, foi baseada em muitas outras coisas e eu respondi-lhe da forma que respondi, face à sua preocupação em termos de despesa corrente.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia passou aos pedidos de esclarecimentos, concedendo a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho que, no uso da palavra, referiu:

“Nós acabámos de aprovar o empréstimo para requalificação.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia verificou que não havia mais pedidos de intervenção e colocou o ponto a votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 24 votos a favor, 3 votos contra e 14 votos de abstenção, a proposta da Câmara Municipal para a 1ª alteração ao mapa de pessoal 2019.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho, para fazer uma declaração devoto.

Interveio a deputada Carla Canotilho e leu a seguinte **declaração de voto**:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) vem fazer constar da Ata da sessão plenária ordinária da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, nesta data realizada, a sua declaração de voto referente ao ponto quatro da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

Considerando que:

A Câmara Municipal traz à Primeira Assembleia Ordinária do ano, uma alteração ao Mapa de Pessoal para 2019 fundamentada numa descentralização de competências que recusou e numa necessidade interna de reflexão sobre as necessidades de recrutamento que não fez;

A Câmara Municipal não apresentou qualquer justificação/fundamentação quer de carácter técnico, quer de carácter político para esta alteração;

Esta proposta revela uma total ausência de capacidade de planeamento por parte deste Executivo;

Esta ausência se traduz numa má gestão dos recursos com evidentes consequências no presente e no futuro do Concelho, entende o Movimento Alternativa Independente, que a alteração ao Mapa de Pessoal, agora proposta, não serve o interesse do Município;

Neste contexto, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI vota contra, no ponto deliberativo em questão.

Feita nos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso, 22 de fevereiro de 2019.

Pe' O Grupo Parlamentar Municipal do MAI."

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, passou ao ponto cinco da ordem do dia. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para a constituição do júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Desporto e Equipamentos Desportivos.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

"A criação desta chefia intermédia resulta do trabalho que se tem realizado nesta área. São vários equipamentos desportivos que têm recursos humanos e necessidades logísticas de gestão que exigem uma coordenação superior, com legitimidade e enquadramento de competências. É isso que propomos, de forma a que possamos ter este serviço convenientemente chefiado, porque se torna necessário aprovar a constituição do júri para recrutamento para o cargo."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa e, no uso da palavra, referiu:

"Senhor Presidente, apenas para informar que o grupo parlamentar do PSD concorda com a nomeação do júri proposto."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho e, no uso da palavra, referiu:

"Senhor Presidente, gostávamos de relembrar que, em sede de aprovação de um júri anterior, esta Assembleia recomendou ao executivo que, para cargos de direção, dever-se-á assegurar a presença de elementos no júri com experiência na área a recrutar e elemento externo à autarquia. Constatamos que esta recomendação não foi tida em consideração, por que razão não acolheram esta recomendação da Assembleia, que foi unânime? Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, e no uso da palavra referiu:

“Apenas para reiterar a pergunta da senhora deputada do MAI: já no passado também colocámos, contudo já sabemos qual é o procedimento; não nos vamos opor a esta proposta de nomeação do júri, até porque quase não seria necessário apresentar qualquer júri para a nomeação do cargo. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, verificou que a Câmara Municipal não pretendia responder e que não existiam pedidos de esclarecimentos, pelo que passou à votação deste ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para a constituição do júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Desporto e Equipamentos Desportivos.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, passou ao sexto e último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para a delegação de competências no âmbito da Autoridade de Transportes à Comunidade Intermunicipal do AVE (CIM do Ave).** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta é no sentido de se delegar competências no âmbito da Autoridade de Transportes locais, concelhios, à Comunidade Intermunicipal do Ave, por forma a que, já durante o próximo mês de março, é isso que está acordado, seja lançado o concurso para os transportes a nível intermunicipal. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à deputada do grupo parlamentar do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Antes de mais, fazer minhas, também, as palavras aqui do ilustres colegas, para parabenizar o João Barroso e desejar-lhe as maiores felicidades no cargo que agora vai começar.

Pois bem, a Lei 52/2015 de 9 de junho veio, nomeadamente, regulamentar a delegação de competências no domínio do transporte público de passageiros dos municípios para as comunidades intermunicipais. Ora nas regiões de baixa densidade populacional, como é o caso do nosso concelho, e nos períodos de baixa procura, o transporte regular com

horários fixos e rotas fixas é economicamente inviável e pouco atrativo para os operadores. Havia, pois, que encontrar soluções para atenuar as desigualdades sociais no acesso ao transporte público, sempre numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade, e claro está, numa lógica de inclusão social.

A autarquia, ciente das necessidades reais do transporte coletivo municipal, em que é necessário racionalizar e agrupar linhas, no sentido da melhoria de eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens, toma a decisão política de delegar na Comunidade Intermunicipal do Ave a Autoridade de Transportes. Isto com base na realidade e especificidade aferidas no nosso concelho, porque de facto o nosso concelho não tem uma rede de transportes que justifique criar uma entidade de gestão. Ademais, faz todo o sentido, pelas nossas características, nomeadamente, geográficas, que seja pensada uma estratégia de transportes públicos supramunicipal. Existindo uma comunidade intermunicipal que assumiu automaticamente estas competências, no que respeita a linhas intermunicipais e inter-regionais com percurso maioritário no seu território, comunidade essa onde a autarquia tem acento, é coerente ter essa entidade a coordenar uma estratégia global especialmente pensada para os concelhos de baixa densidade como a Póvoa de Lanhoso.

Assim sendo, recomendamos apenas, no âmbito desta Autoridade a ser criada, que seja defendido e acautelada uma melhoria no serviço prestado, essencialmente ao nível das carreiras para as freguesias mais afastadas do centro da vila. Neste enquadramento, o grupo parlamentar municipal do PSD votará favoravelmente a presente proposta, por entender ser uma opção política adequada e correta. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do grupo parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Apenas para informar que a bancada parlamentar do PS votará favoravelmente esta proposta, entendendo o propósito da mesma e a necessidade. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“Só para comunicar que, no âmbito até daquilo que a ilustre deputada Sónia Fernandes aqui esclareceu, na motivação, e que já enfatizou aquilo que eu iria também argumentar, o grupo parlamentar do MAI está favorável e irá votar a favor desta proposta, que se enquadra perfeitamente numa associação de municípios com o fim último intermunicipal e que visa, realmente, ir ao encontro desta necessidade que temos de transporte público no concelho.

Eu gostaria de aproveitar, senhor Presidente da Assembleia Municipal, como isto é no âmbito da CIM, de reiterar – até porque não o posso fazer, porque regimentalmente só posso fazer requerimento através de vossa excelência para a Câmara – se há alguma forma de, 16 meses depois, sabermos o que os nossos representantes eleitos – e eu até me contive de ir ver, mas são dois do PS e dois do PSD, exatamente porque vocês tiveram o tal ardor de se elegerem aqui nessa combinação e de deixarem o MAI de fora – se os nossos representantes eleitos, há mais de 16 meses, já se renunciaram, tomaram posição, e que ideias defenderam na Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave?

Porque, senhor Presidente, eu fui verificar as atas da Assembleia Intermunicipal do CIM do Ave e verifiquei que, quer na reprogramação dos quadros comunitários de 2020, quer até na descentralização de competências, os representantes de outros municípios, seja de Guimarães, Famalicão, Fafe e até de Cabeceiras, se renunciam; e os nossos? Será que vossa excelência, já lhe pedi isso, intervém e interpela, será que alguém nos dá conta de que posições é que tomaram e que informações, até porque já tivemos aqui, em janeiro, um debate sobre a descentralização de competências, e o que nós nos queixávamos mais é que não tínhamos dados e estudos. Efetivamente nós, às vezes, não temos dados ou estudos, já disse aqui o senhor deputado Filipe Silva, e isto são matérias que nós precisamos.

Só para terminar, se me permite, eu costumo dirigir-me ao senhor Presidente da Câmara, nesta altura vou-me dirigir ao senhor vereador João Barroso, e felicita-lo pelas novas funções, confiar e votar para que este seja o primeiro de muitos passos de sucesso na sua carreira política e cívica. E vou citar, não o homem que me levou para a política, mas o homem que mais me influencia no raciocínio político, Winston Churchill: ele dizia que um pessimista é aquele que vê dificuldade na oportunidade; ao contrário, um otimista cria oportunidade na dificuldade. É este pensamento arrojado, irreverente e jovem que eu espero que traga para o executivo municipal, que está mesmo a precisar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que passou à votação deste ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para a delegação de competências no âmbito da Autoridade de Transportes à Comunidade Intermunicipal do AVE (CIM do Ave).

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite.